



Demonstrações Financeiras
Anuais
Tradução

do exercício findo em
30 de Junho de 2016



Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Av. Julius Nyerere, nº4003

Tel. 21 498257, 21 498260 – Fax: 21 498262

www.cmh.co.mz

Maputo, Moçambique

Demonstrações Financeiras Anuais
do exercício findo em 30 de Junho de 2016

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A

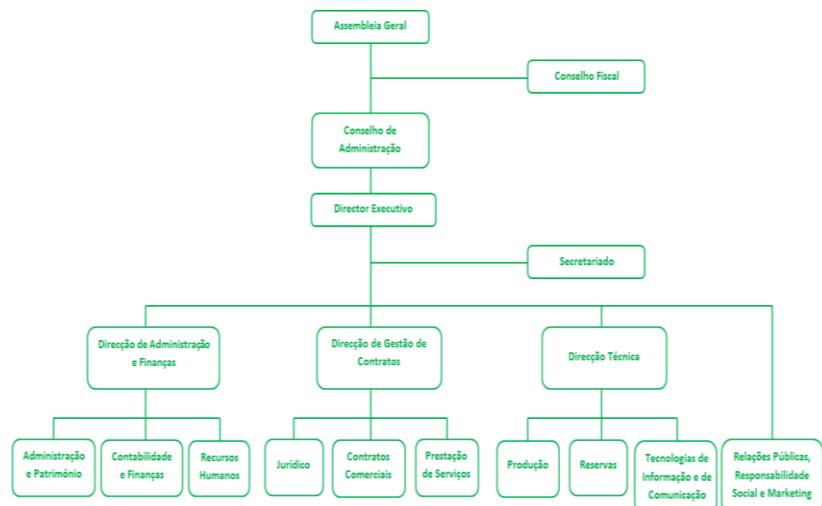
ÍNDICE

	PÁGINA
I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE	1
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2 - 5
III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6 - 37
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	38
V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	39
VI. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	40
VII. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTROS RESULTADOS COMPREENSIVOS	41
VIII. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	42
IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	43
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44-86

I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE

Nome da Entidade:	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH,SA)
Número de Registo Comercial:	13 259
NUIT:	400 102 961
Conselho de Administração:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Joaquim Ali Caronga (Presidente do Conselho de Administração) ▪ Fernando Faustino (Administrador) ▪ Guilhermino Fortes (Administrador)
Accionistas:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%) ▪ Governo de Moçambique (20%) ▪ Investidores Privados Nacionais (10%)
Capital Social:	MT 593 411 500 (USD 25 286 649)
Número de Acções:	5 934 115
Auditores:	KPMG Auditores e Consultores, SA
Endereço:	Av. Julius Nyerere, n° 4003, Bairro da Polana Caniço “A” Maputo – Moçambique
País de Constituição:	A CMH, SA foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.
Visão da CMH:	Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado Moçambicano.
Missão da CMH:	Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.

Estrutura da CMH:



II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Temos o prazer de submeter as contas auditadas e o Relatório do Conselho de Administração, respeitantes ao exercício findo em 30 de Junho de 2016.

Este exercício financeiro foi caracterizado por elevados volumes de vendas de gás natural e reduzidos volumes de vendas de condensado. O aumento dos volumes de vendas de gás natural foi afectado pelos baixos preços praticados para o gás e condensado. O Consórcio foi negativamente afectado pela baixa de preços de petróleo no mercado internacional. Este teve um impacto negativo de cerca de 40% no preço inicialmente orçamentado para o gás e de 82% no preço orçamentado para o condensado. A remoção dos tectos e bases no contrato inicial de venda de gás ao consumidor âncora, Sasol Gas, e o aumento dos volumes de gás fornecido ao mercado doméstico, não permitiram reduzir o efeito negativo da queda dos preços no mercado Internacional. As receitas da CMH caíram em cerca de 36% quando comparadas com o exercício financeiro anterior. No sentido de se reduzir o efeito da queda dos preços de gás e condensado, medidas foram implementadas durante o exercício financeiro findo, nas operações, para se reduzirem custos de operação e se adiares alguns investimentos para os anos seguintes.

Apesar da situação, os nossos accionistas continuam a receber níveis adequados de dividendos, em conformidade com os rácios financeiros correntes e passados da sociedade. Continua a ser nossa prioridade o pagamento de montantes adequados de dividendos aos nossos accionistas, não obstante o facto de, a sociedade ter muitos desafios em termos de investimentos, com vista à manutenção da actual capacidade de produção instalada, e ter que garantir o fornecimento aos contratos assinados. A sociedade tem também que estar atenta às novas oportunidades de negócio e possibilidades de diversificação do seu portfólio.

Continuamos a dar especial atenção durante o ano, à avaliação das reservas e recursos, de modo a aumentar as reservas provadas e prováveis de gás, com vista a permitir a implementação de projectos industriais em Moçambique que procuram volumes adicionais de gás natural.

Podemos verificar, pelo nosso Relatório e contas, que a CMH registou um lucro líquido depois de impostos de USD 24 241 878 (Vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e oito dólares norte americanos), o que representa uma descida acentuada dos lucros da sociedade de cerca de 54% quando comparados com os resultados do ano financeiro de 2015, isto, principalmente devido à queda dos preços do petróleo no mercado internacional.

Durante este ano financeiro, a CMH pagou de impostos um total de USD 23 033 025 ao Estado, dos quais, 63% em forma de imposto sobre o rendimento (IRPC), 7% em forma de impostos retidos na fonte, 29% impostos sobre os salários dos trabalhadores (IRPS) e 1% de contribuição para a segurança social (INSS).

Relativamente aos empréstimos, o montante de USD 17 156 111 (dezassete milhões, cento e cinquenta e seis mil, cento e onze dólares norte americanos) foi pago como serviço da dívida, sendo USD 14 576 643 para amortização do capital e USD 2 579 468 relacionados com o pagamento dos juros dos empréstimos. No fim deste ano financeiro, o saldo da dívida da CMH era de USD 36 053 141.

Durante este ano, a CMH continuou com a política de investimentos de curto prazo, dos fundos que constituem as reservas nas contas *offshore*, tendo sido obtidos neste ano fiscal, juros no valor de USD 407 656.

Em termos ambientais, apraz-nos informar que continuamos a registar bons indicadores de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente, nas operações.

Os programas de saúde ocupacional continuaram a ser bem geridos e houve bons indicadores de desempenho.

No que concerne à Responsabilidade Social, a CMH continuou a dar a sua contribuição a projectos sociais no âmbito do Consórcio e também de forma directa. Através do Consórcio, a CMH contribuiu nos projectos sociais conjuntos com um montante de USD 454 422 (Quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e dois dólares norte

americanos), e directamente com um total de USD 586 674 (quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta quatro dólares norte americanos), contribuindo para o desenvolvimento das comunidades menos privilegiadas em várias províncias de Moçambique, através de investimentos em projectos de educação, ciência, aumento de acesso a água potável e gás natural para cozinha, contribuindo para a redução da eliminação da floresta, promoção da cultura e desporto, solidariedade com as vítimas da corrente seca e o bem estar dos trabalhadores.

A implementação dos projectos sociais, no âmbito do Consórcio, tem vindo a melhorar, mas acreditamos que ainda há espaço para mais melhorias. De modo a aumentar o número de moçambicanos qualificados nas operações em Temane, foi construído na cidade de Vilanculos, um complexo habitacional com todas as condições sociais para promover o recrutamento de moçambicanos qualificados para trabalharem no Complexo Industrial de Temane (CPF).

Reconhecemos com agrado que as posições mais importantes na Central de Processamento de gás natural em Temane já estão a ser ocupadas por profissionais moçambicanos, e as operações estão a ser bem conduzidas e de forma profissional.

A CMH continua a reforçar a estrutura organizacional da Companhia. Durante este ano fiscal, foi nomeado um Director Técnico que passou a supervisionar as actividades da Direcção Técnica.

Em termos de formação, continuamos a prestar grande atenção ao nosso pessoal. Todo o pessoal da CMH beneficiou de formação tanto no país, como no estrangeiro, com especial ênfase em áreas relacionadas com petróleo e gás natural.

Estamos comprometidos com a transparência, integridade e o combate à corrupção e a qualquer potencial tipo de negligência, fraude ou corrupção no nosso negócio. Todos os nossos relatórios anuais são tornados públicos através do jornal de maior circulação no país e na nossa página da internet.

As nossas acções continuaram a ser transaccionadas na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), durante o ano, e tiveram uma variação de 650 Mt para 775 Mt. Até 30 de Junho de 2016, a CMH tinha 1 256 accionistas, dos quais, 1 254 da Classe “C” (privados), um da Classe “A” (Estado) e um da Classe “B” (ENH).

Relativamente a este ano financeiro não houve litígios a reportar.

Continuamos a honrar todos os nossos compromissos com empréstimos, impostos e outras despesas com os nossos parceiros, numa base regular.

Em conclusão, queremos expressar o nosso sentimento de gratidão a todos os que acreditaram em nós e continuam a nos apoiar nestes momentos difíceis, especialmente aos nossos accionistas, entidades financeiras, parceiros e membros do Governo Moçambicano, que sempre nos encorajaram a continuar a construir esta empresa, como veículo de participação de moçambicanos no empreendimento de Gás natural de Pande e Temane.

Maputo, 26 de Agosto de 2016



Joaquim Ali Caronga
Presidente do Conselho de Administração

III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2016.

1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (*JO - Joint Operation*) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). A Sasol Petroleum Temane (SPT) é uma Operadora nos campos de Pande e Temane. São parceiros da JO, a SPT, uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Exploration and Production International (SEPI), com participação de 70%, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), empresa pública, com participação de 25%, e o International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%.

O consórcio (JO) está a gerir e desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane (Moçambique) e a Central de Processamento (CPF). O gás natural e condensado são produzidos nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. O gás processado no CPF o gás é então transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea transfronteiriço até a terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul. Na parte moçambicana o gasoduto compreende cinco pontos de abastecimento para o mercado doméstico.

No projecto inicial, o CPF havia sido projectado para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, principal cliente, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram em expandir a produção de Pande e Temane e do CPF em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuído aos seguintes projectos no mercado moçambicano: ENH KOGAS com 6 MGJ/ano, Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) com 11 MGJ/ano, Matola Gas Company (MGC) com 8 MGJ/ano. Em

2015 foi atribuído à ENH um adicional de 2 MGJ/ano e 9 MGJ/a foi reservado para o imposto sobre a produção de gás em espécie a ser pago ao Governo Moçambicano. A produção de condensado é vendida a Petromoc no CPF e é transportado para o porto de Beira.

De modo a cumprir com as obrigações contratuais de fornecimento de gás, há necessidade de se aumentar a capacidade de processamento das instalações da CPF de 183 para 197 MGJ/ ano, através de um capital mínimo efectuando pequenas modificações das instalações para que seja implementado o projecto de “Projecto de Debottlenecking”. O projecto está na fase de execução.

Houve progressos significativos na aquisição de equipamentos e materiais, a construção está prevista para o ano financeiro 2017 (AF17). Os testes para funcionamento (RFC) e o benefício das operações (BO) estão previstos para o AF17.

Os testes para funcionamento (RFC) e benefício das operações (BO) do projecto de compressão de baixa pressão (fase 1) foi assinado em Novembro e Dezembro 2015, respectivamente.

Desde o benefício das operações (BO) em Dezembro de 2015 foi declarado um montante remanescente de USD 4.1 milhões, como resultado de poupanças do projecto. Tecnicamente o projecto foi concluído, apenas algumas questões contractuais encontram-se na fase de finalização. Mais de USD 2milhões das poupanças estão previstos para a negociação com os empreiteiros adjudicados para acomodar as reclamações apresentadas após a emissão dos termos de entrega. De acordo com os estudos de engenharia (FEED), foi planificada a instalação de uma linha secundária (by pass) para o compressor de baixa pressão. As actividades de engenharia estão em curso e a aquisição de materiais já foi entregue na central de processamento.

2. Resultados e actividades no âmbito do Consórcio (JO)

2.1 Resultados obtidos no âmbito do Consórcio (excluindo despesas específicas da CMH)

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), do exercício findo em 30 de Junho de 2016, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%), são como segue:

Pande e Temane: Resultados das operações conjuntas - CMH 25%	AF16 (USD)	AF15 (USD)
	1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho
Vendas: Gás Natural	70 779 998	105 991 243
Vendas: Condensado	759 330	4 955 887
Imposto sobre a produção de Gás Natural e Condensado (<i>Royalties</i>)	(728 510)	(1 211 332)
Margem Bruta	70 810 818	109 735 798
Despesas Operacionais no âmbito do consórcio	(8 667 182)	(9 953 848)
Lucro operacional de Pande e Temane - JO	62 143 636	99 781 950

O lucro operacional das operações conjuntas (JO) diminuiu em 37% em relação o ano anterior (AF15) devido a redução de preços do petróleo no mercado internacional. A informação apresentada na tabela acima é referente as operações da participação da CMH no consórcio de Pande e Temane e as despesas específicas da CMH serão consideradas para apurar o lucro líquido do exercício económico. Por favor, consulte as demonstrações de lucros ou prejuízos e outros resultados compreensivos do exercício findo em 30 de Junho de 2016.

O consórcio (JO) foi contabilizado como uma operação conjunta no âmbito das NIRF 12 nas demonstrações financeiras anuais separadas da CMH.

2.2 Resultados da CMH

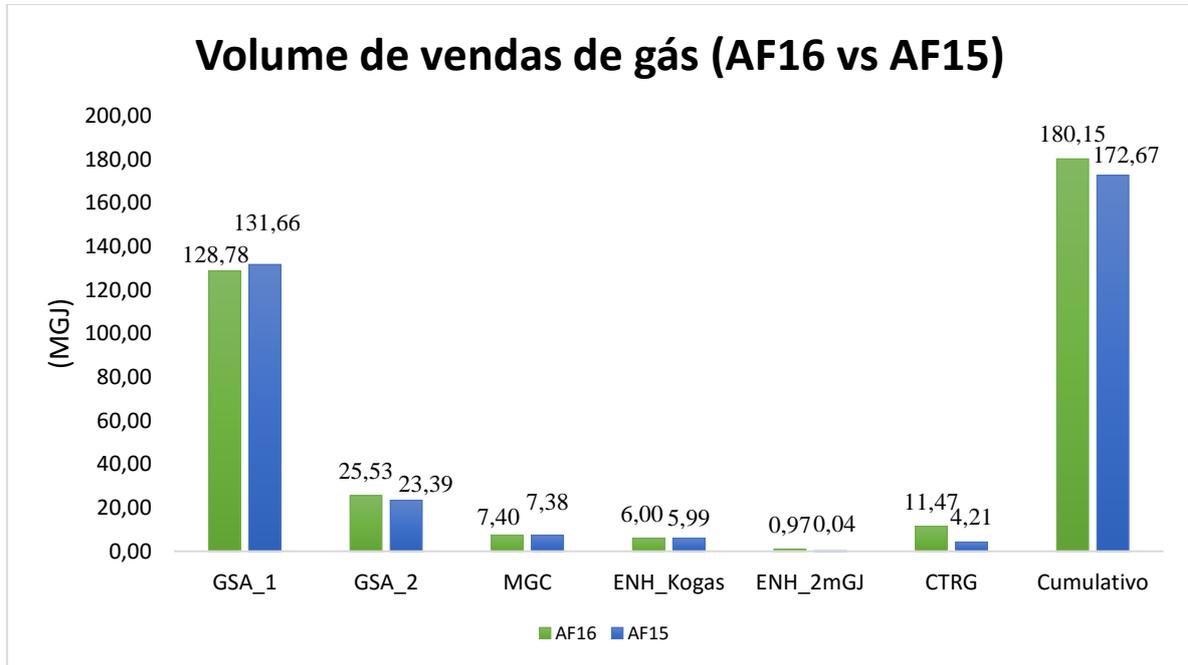
2.2.1 Vendas de Gás Natural e Condensado

O volume de gás natural e Condensado vendido no exercício financeiro 2016 (AF16), findo em 30 de Junho de 2016, é o seguinte:

Volume de vendas da UJV (100%)	Unidade	AF16	AF15	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	MGJ	128.78	131.66	(2.19)
Gás Natural - GSA 2	MGJ	25.53	23.39	9.15
ENH_KOGAS	MGJ	6.00	5.99	0.17
MGC	MGJ	7.40	7.38	0.27
CTRG	MGJ	11.47	4.21	172.45
GSA ENH 2mGj	MGJ	0.97	0.04	(a)
Cumulativo das vendas de gás	MGJ	180.15	172.66	4.34
Condensado	Barris	463,396.08	464,787.32	(0.30)
Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)	Unidade	AF16	AF15	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás levado em espécie	MGJ	6.72	6.37	5.49
Preço médio das vendas	Unidade	AF16	AF15	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	USD/GJ	1.73	2.52	(31.35)
Gás Natural - GSA 2	USD/GJ	1.51	2.51	(39.84)
ENH_KOGAS	USD/GJ	1.85	1.87	(1.07)
MGC	USD/GJ	1.21	1.45	(16.55)
CTRG	USD/GJ	2.52	2.51	0.40
GSA ENH 2mGj	USD/GJ	2.17	2.20	(1.36)
Condensado	USD/Bbl	6.45	43.01	(85.00)

(a) Note que a variação do volume de vendas para o contrato da ENH 2mGj é alta, como resultado de levantamentos inferiores no AF15 (apenas em Junho) comparando com as quantidades levantadas no AF16, devido ao levantamento tardio das encomendas.

O gráfico abaixo ilustra os resultados apresentados na tabela anterior em termos de volume de gás vendido no AF16 versus AF15.

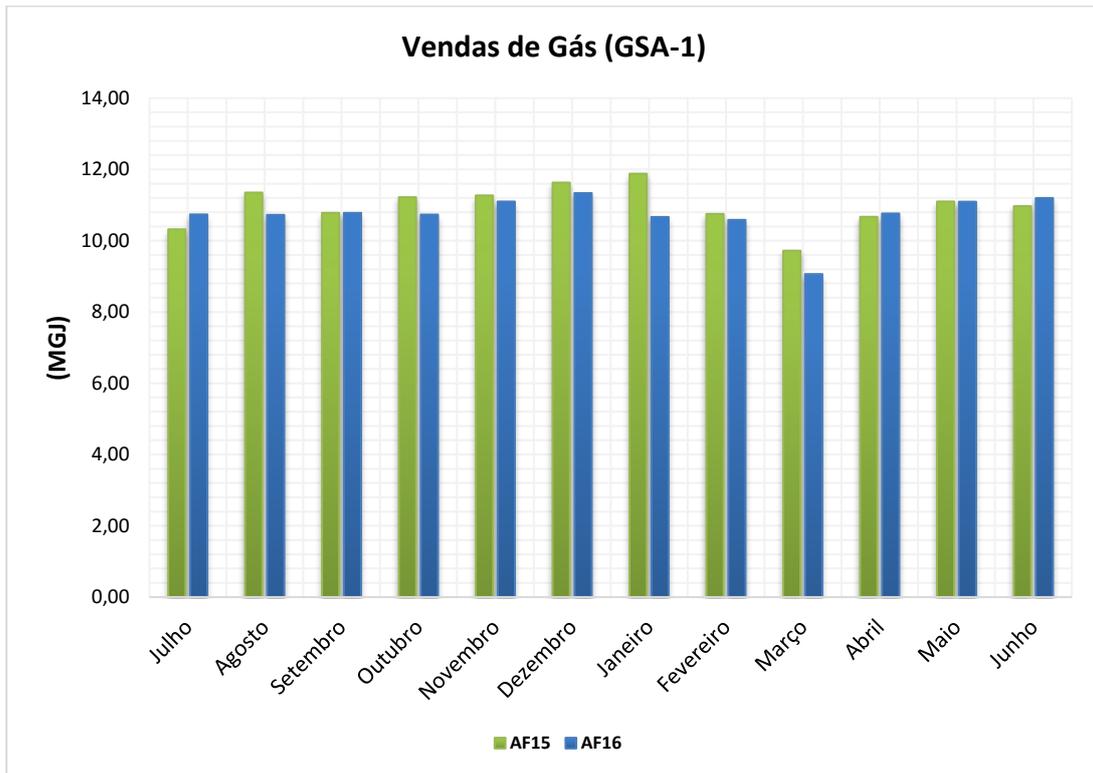


Como se pode ver no gráfico acima, o volume total de vendas de Gás natural no ano financeiro 2016 (AF16) em média foi 4.34% superior em relação ao período anterior de 2015, devido as seguintes razões:

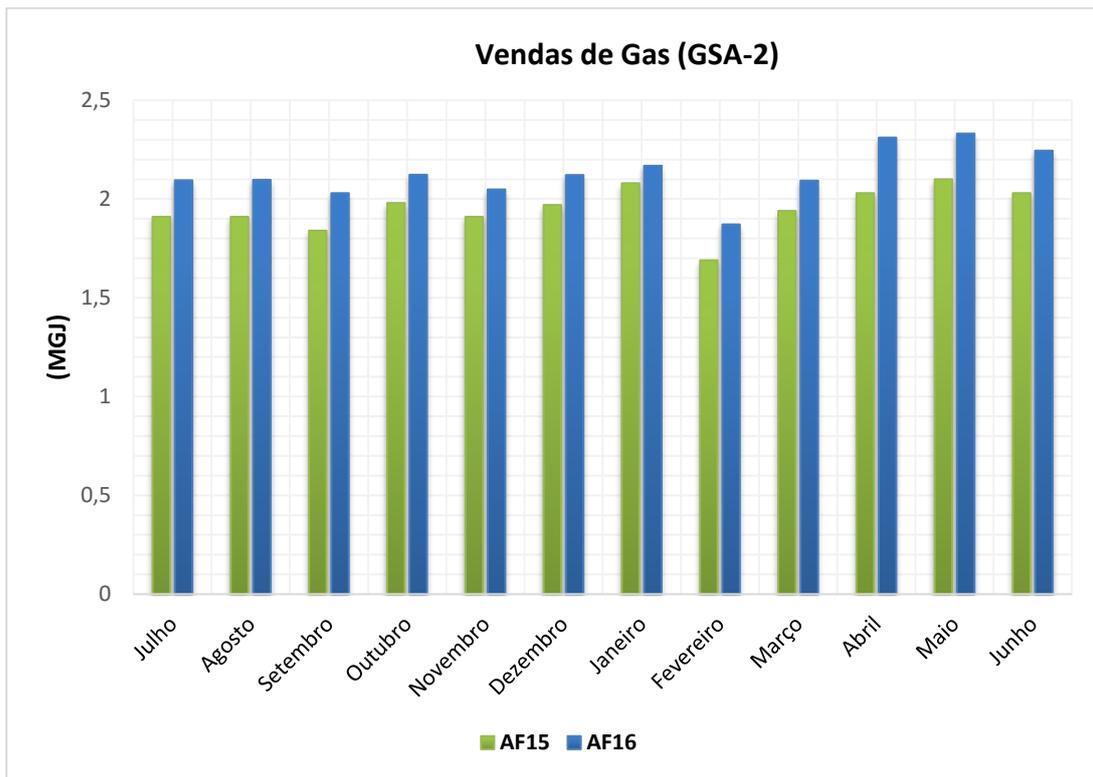
- Verificaram-se encomendas superiores por parte das compradoras Sasol Gas (GSA2), ENH_KOGAS, MGC e CTRG. Além disso, GSA ENH_2mGJ começou com levantamentos regulares do gás durante o AF16, o que contribuiu para o aumento do volume de vendas para o período em apreço. Entretanto, ao abrigo deste contrato foram interrompidos os levantamentos de gás desde o mês de Maio de 2016, devido ao incumprimento da obrigação contratual de levar ou pagar conforme a cláusula 6.3 (take or pay), de 90%. As quantidades totais de Gás levantadas e pagas pela Compradora (ENH_2mGJ), inferiores a 90% da quantidade contratual anual (quantidade mínima aceitável), resultaram em penalização por tal incumprimento; a facturação pelo tal défice será feita e enviada à Compradora no ano AF17, após a finalização da reconciliação do balanço anual.
- A manutenção de rotina foi levada a cabo para minimizar as avarias no equipamento de produção durante o período. Contudo, houve avarias de

equipamento e paragens de produção mas que não resultaram em perdas de produção na Central de Processamento (CP).

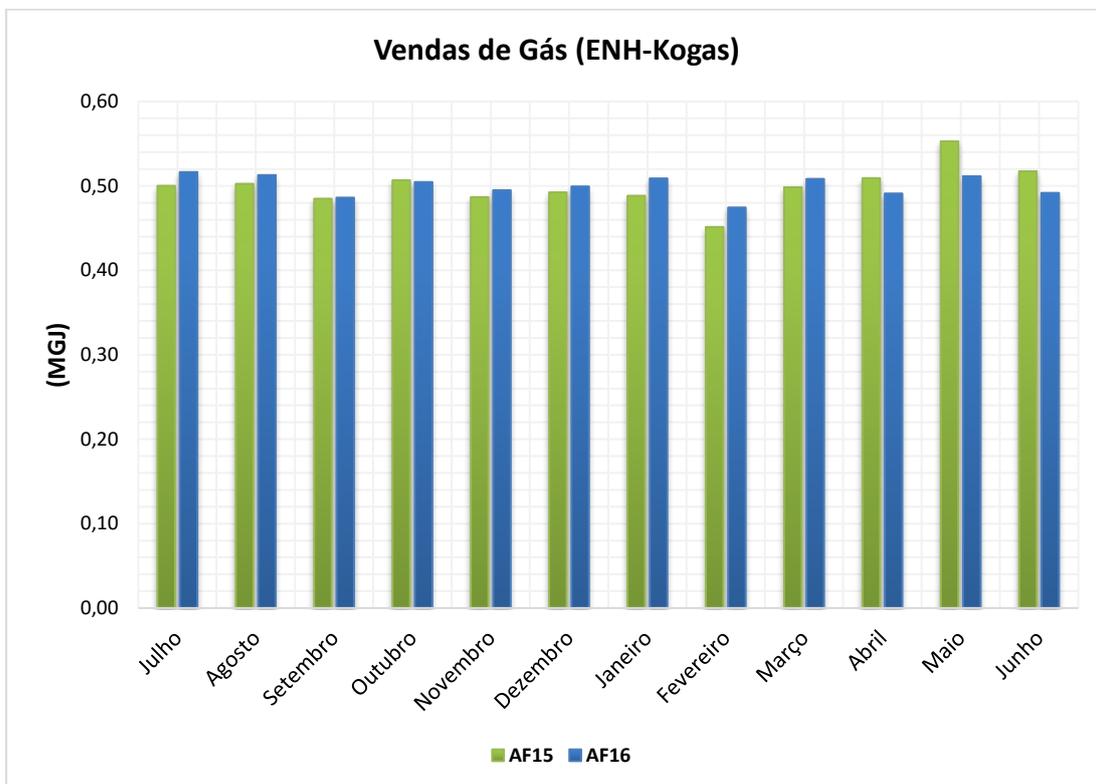
Os gráficos abaixo mostram a evolução da produção de gás e o preço durante os anos financeiros 2015 (AF15) e 2016 (AF16) tanto para o gás, como para o condensado.



Pode-se ver que a partir de Julho de 2015 até Junho de 2016, houve vendas de volumes de gás inferiores na ordem de 2.19% em termos do contrato GSA1 em relação ao mesmo período do ano anterior 2015, devido a menores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.

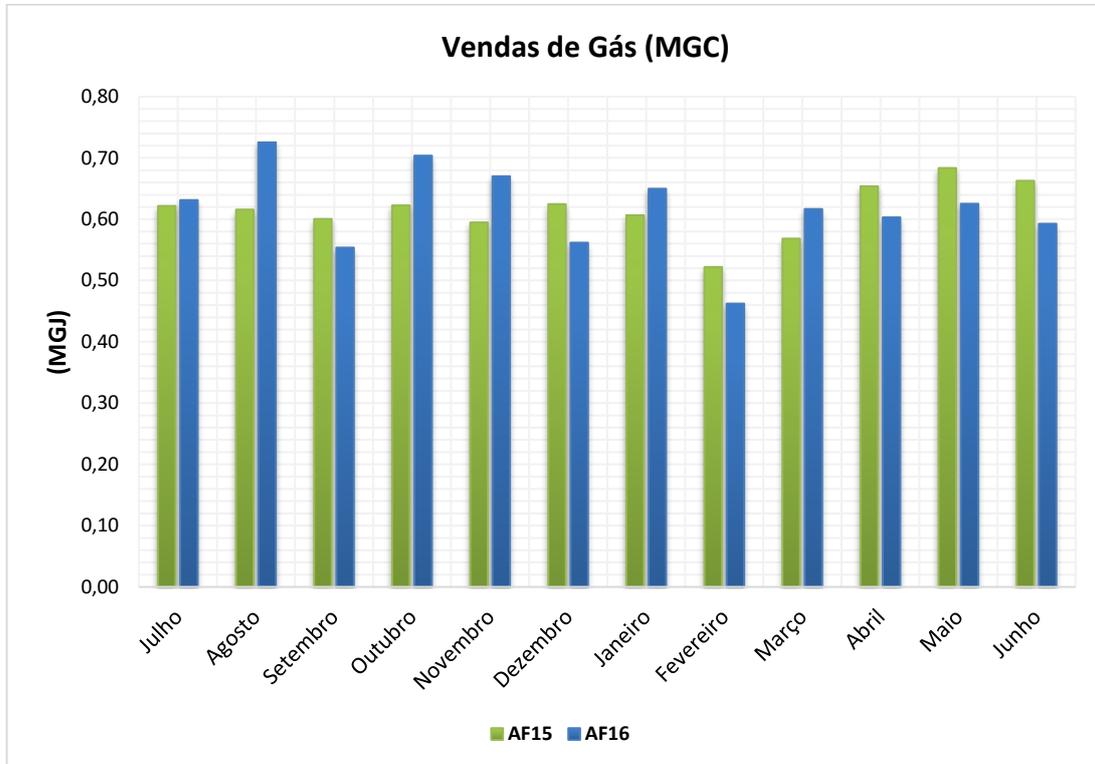


Volume de vendas nos termos do contrato GSA2, de Julho de 2015 a Junho de 2016 foram 9.15% superiores em relação ao período anterior (AF15), devido ao crescente número de encomendas de gás por parte da Sasol Gas.

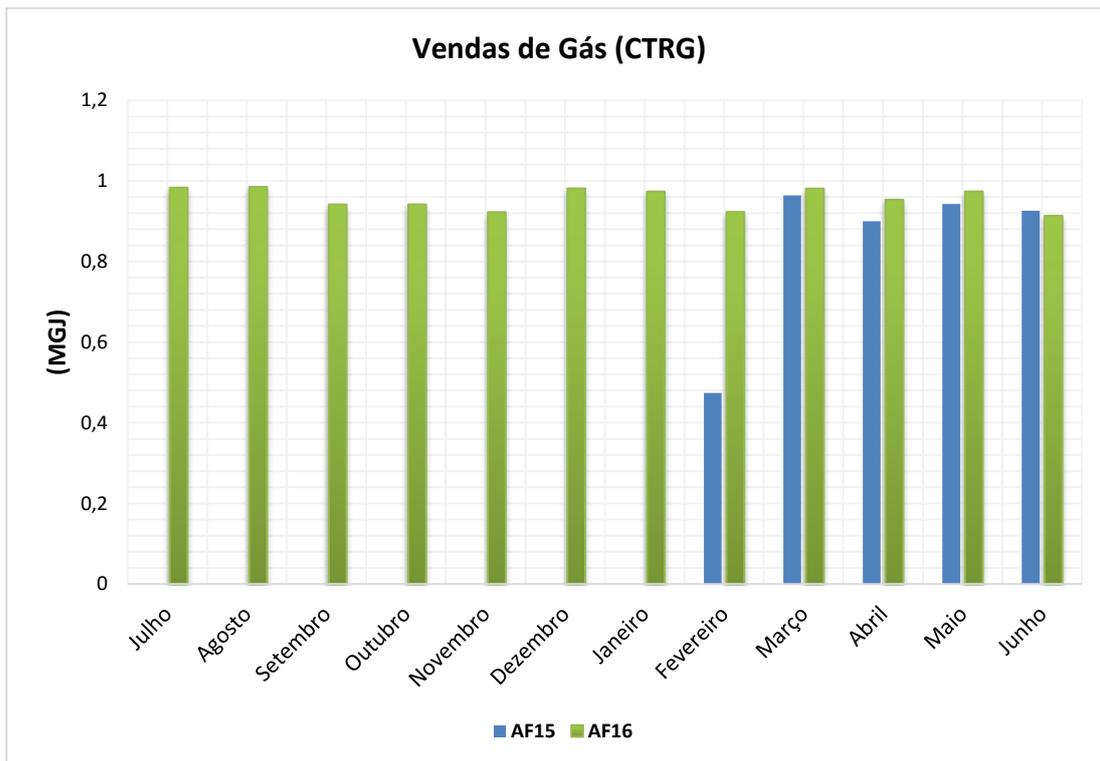


Volumes de vendas nos termos de contrato da ENH_KOGAS de Julho de 2015 a Junho de

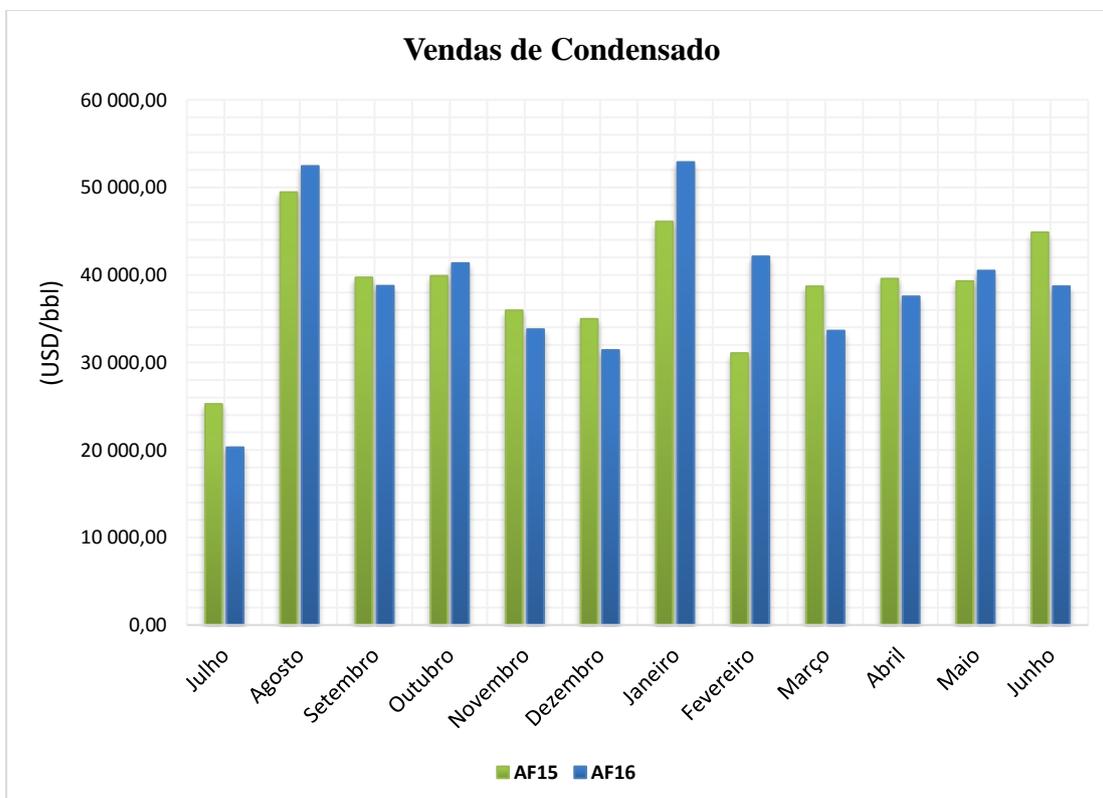
2016 foram 0.17% superiores em relação ao período anterior (AF15), devido ao crescente número de encomendas de gás por parte da ENH_KOGAS.



Volumes de vendas nos termos de contrato da MGC de Julho de 2015 a Junho de 2016 foram 0.27% superiores em relação ao período anterior (AF15), devido ao crescente número de encomendas de gás por parte da MGC.



Como foi previamente mencionado, a CTRG começou a comprar gás no AF15. Desde então, as entregas são efectuadas com base nas quantidades contratuais diárias (QCD).

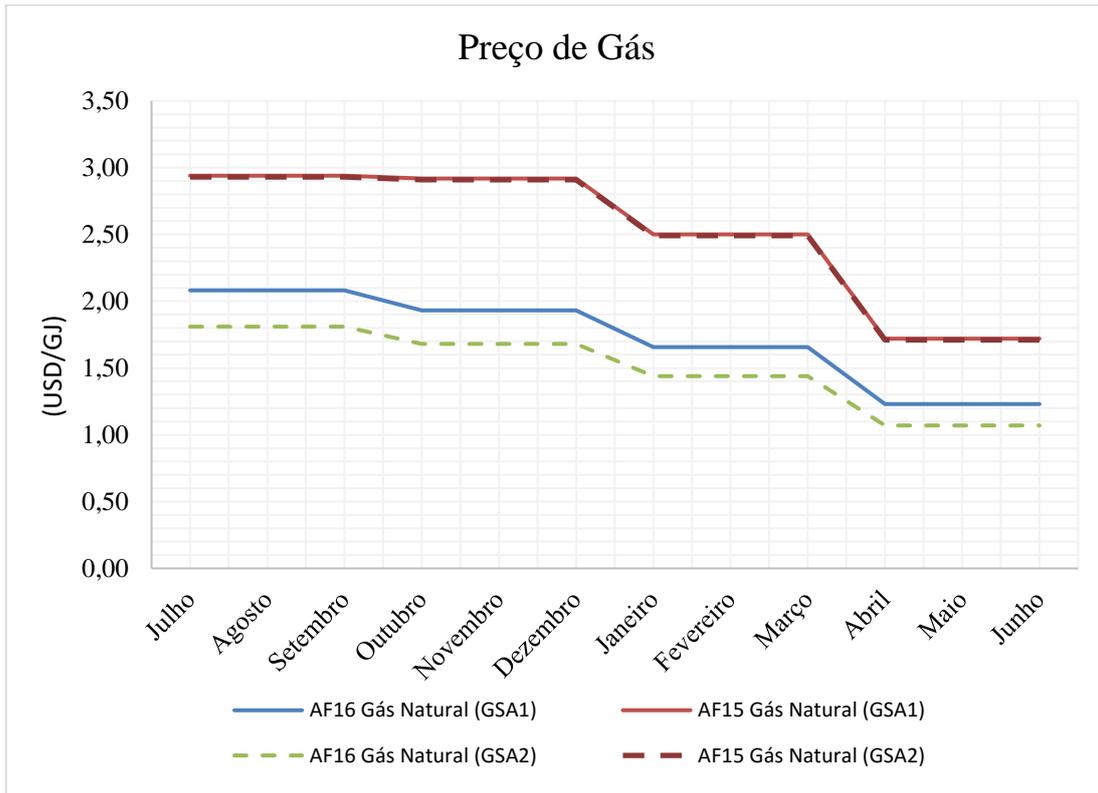


Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas inferiores para o AF16 na ordem de 0.30% em relação ao período anterior de 2015 (AF15), como consequência da

queda dos preços de petróleo (Brent) no mercado internacional.

2.2.1 Preço de Gás Natural e Condensado

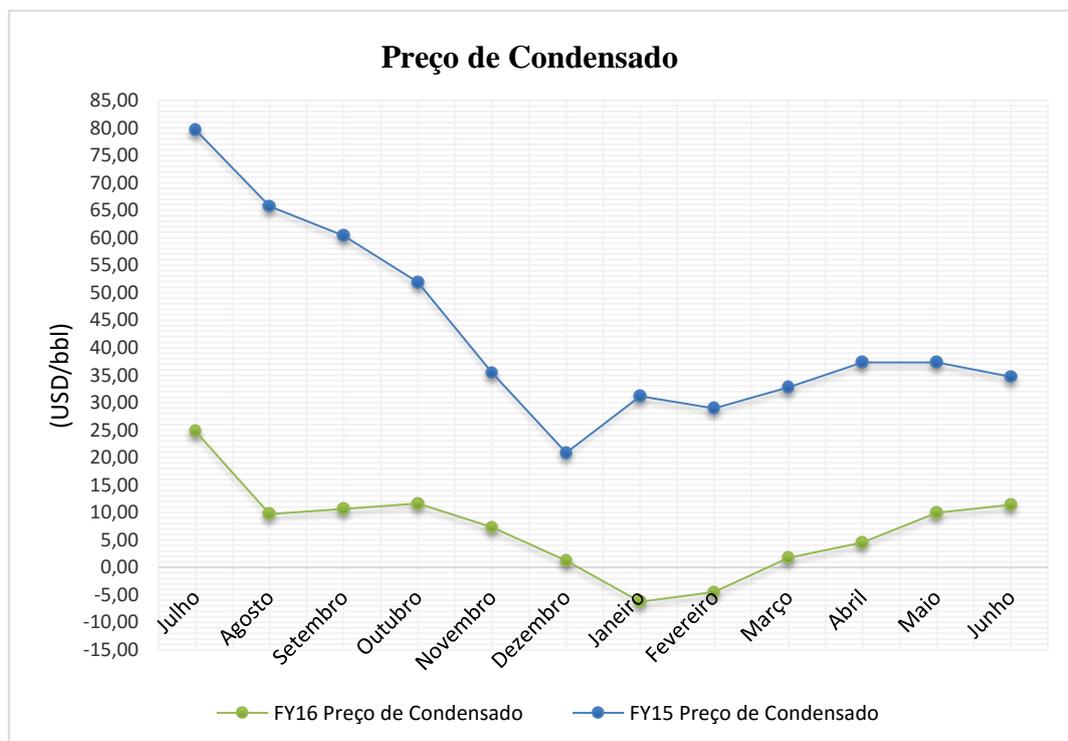
No geral, os preços de gás natural e de condensado para os 12 meses findos em 30 de Junho 2016 foram inferiores comparativamente ao mesmo período anterior de 2015 (AF15), devido a queda do preço de petróleo no mercado internacional.



- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato GSA1, incluindo gás em excesso¹ foi de USD1.73/GJ, o que representa um decréscimo em 31.35% comparado com o período anterior (AF15) de USD2.52/GJ devido, principalmente, à variação negativa dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato GSA2 foi de USD1.51/GJ que é 39.84% inferior em relação ao período anterior (AF15) de USD2.51/GJ devido, principalmente, à variação negativa dos indicadores de preço.

¹ Aplicação de multa de 15% do preço contratual prevalecente sobre as quantidades em excesso encomendadas acima de 105% das quantidades contratuais diárias

- média ponderada do preço de gás natural para o contrato ENH_KOGAS foi de USD1.85/GJ que é 1.07% inferior em relação ao período anterior (AF15) de USD1.87/GJ.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato MGC foi de USD1.21/GJ que é 16.55% inferior em relação ao período anterior (AF15) de USD1.45/GJ.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato CTRG foi de USD2.52/GJ que é 0.40% superior em relação ao período anterior (AF15) de USD2.51/GJ.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato ENH_2mGJ foi de USD2.17/GJ que é 1.36% inferior em relação ao período anterior (AF15) de USD2.20/GJ devido a variação negativa dos indicadores de preço.



- A média ponderada de preço de condensado no âmbito do Acordo de Venda de condensado foi de USD5.78 por barril que é inferior ao preço praticado no exercício anterior AF15 de USD43.01 por barril, devido principalmente, à queda dos preços do petróleo (Brent) no mercado internacional quando comparado com elevados custos de transporte e armazenamento fixados em USD36.95 por barril conforme o estabelecido no contrato de venda de condensado (CVC) entre o consórcio e a Petromoc. O gráfico acima mostra no geral um decréscimo anormal do preço de venda do condensado durante o segundo trimestre do AF16. Entre os meses de

Janeiro e Fevereiro, registaram-se levantamentos do condensado por parte da compradora (Petromoc) à preços negativos como resultado do descrito acima.

2.3 Imposto sobre a produção do petróleo (Royalty Tax)

O imposto sobre a produção do petróleo, adquirido em espécie pela Matola Gas Company (MGC) e pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) a partir de Julho de 2015 a Junho de 2016 foi 5.49% superior do que o gás adquirido no período anterior de AF15. Isto deveu-se ao aumento do consumo do gás doméstico durante o período reportado.

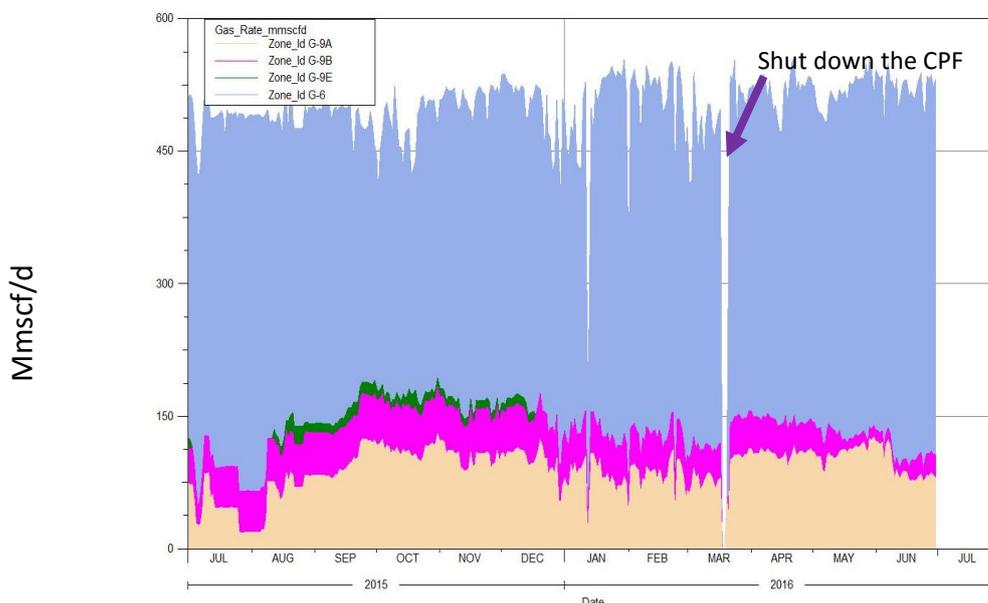
2.4 Revisão das Operações

2.4.1 Operações nos campos de Gás

No geral, a produção média de gás foi de 495MMscf/d no ano financeiro de 2016 (AF16) que é 6% maior comparado com ano anterior (AF15) que foi de 465MMscf/d. Houve um aumento de 30MMscf/d com um rácio médio de contribuição de 27% do campo de Temane e 73% do campo de Pande, devido a maiores nomeações.

A produção média de condensado foi de 1269 STB/d em 2016, que é 0.30% menor em relação ao período anterior (AF15) que foi de 1273 STB/d. A baixa produção de condensado foi principalmente devido a estratégia de gestão de reservatório de modo a manter a baixa produção de condensado na sequência da queda do preço do petróleo Brent no mercado internacional.

Histórial de produção de Gás no AF16



Pesquisa sísmica 3D em volta do furo Pande-4

O progresso em relação ao período reportado é o seguinte:

Os parceiros do consórcio (JO) levantaram algumas preocupações à Sasol sobre a área de cobertura de pesquisa sísmica 3D, bem como a profundidade do horizonte a ser alcançado uma vez que a SPM (Sasol Petroleum Mozambique) sob a licença do PSA está interessada em avaliar o potencial de hidrocarbonetos nos horizontes abaixo do PPA (Pande G6). A Sasol, aceitou as preocupações dos parceiros do PPA e actualizou a partilha de custos do PSA; portanto, ficou acordado que a SPM ficará com uma percentagem de 75% para o PSA e o PPA com uma percentagem de 25%.

O orçamento para este projecto é de USD 7,4 milhões, que será partilhado pela SPM e os parceiros do JO. O custo de mobilização e desmobilização da empresa contratada, Geophysika, é de aproximadamente USD 3,4 milhões e o orçamento aprovado é de USD 4,8 milhões.

As actividades preliminares de aquisição sísmica (limpeza de arbusto, compensação das famílias e desminagem) e o início da aquisição sísmica 3D prevê-se para o 2º trimestre de AF17 e prevê-se a conclusão do processamento da sísmica no 3º trimestre do AF17.

Avaliação do desempenho dos reservatórios

Durante o AF16, o furo Temane-14 foi fechado devido à produção excessiva de água e permanecerá encerrado até que haja uma solução viável para o tratamento de água nas instalações do CPF;

Após a redução da pressão de entrada do CPF, foi retomada a produção do furo Temane-7 que esteve encerrado por um longo período.

O furo Temane-11 ainda continua encerrado devido a baixa produção de gás que varia de 2-4 MMscf /d. A equipa de engenheiros de reservatório têm vindo a investigar opções para otimizar a produção do furo.

2.4.2 Operações na central de processamento (CP)

As encomendas globais diárias foram alcançadas ao longo do período. Contudo, ao longo do período reportado, ocorreram os seguintes eventos:

- A Unidade 90 (Sistema de tratamento de efluentes líquidos) foi encerrada em Setembro, para permitir a limpeza e substituição de todas as membranas antigas por novas;
- Na Unidade 92 (Armazenamento e carregamento de condensado) houve um incidente causado por enchimento excessivo dos tanques na zona do carregamento de condensado. Algumas acções foram tomadas em todas as unidades de carregamento (A, B e C) para mitigar os riscos. Na unidade C um novo fecho foi colocado e nas unidades A e B, as válvulas de fluxo foram reparadas;
- As Unidades 31 e 33 (Compressão de baixa pressão) foram integralmente testadas com pressão de descarga de 63 bars e posteriormente avariaram devido à elevada pressão à entrada do filtro causando uma avaria na planta. Após investigações por intermédio da equipa de manutenção, verificou-se que havia humidade acumulada nas linhas de ventilação do instrumento das duas unidades, devido ao “*bug screen*” que era muito denso e, em seguida, foi substituído;
- As Unidades 2 e 4 (Estação de medição do gás natural) tiveram problemas durante os meses de Fevereiro, Março e Abril de 2016. No entanto, o problema foi resolvido e durante a paragem anual de produção, o contador da unidade 4 foi ajustado quando se efectuava a troca de bateria e o medidor de fluxo da unidade 2 foi calibrado após apresentar desvios. Os menores impactos comerciais e financeiros que surgiram durante a referida paragem foram notificados ao Instituto Nacional de Petróleos (INP) e parceiros;
- No que concerne à Unidade 41 (Unidade de desidratação), a bomba de transporte de Tri-etileno glicol PR-4101A teve um êmbolo fragmentado. Foi instalado um novo êmbolo e o amortecedor de pulsação foi recarregado com Nitrogênio;
- As unidades 51, 52 e 53 (Unidade de correcção do ponto de orvalho) avariaram por causa de baixa pressão de entrada no evaporador, como resultado da avaria da unidade 33 (Compressor de baixa pressão), tendo sido reparadas pela equipa de manutenção. Por sua vez o compressor da unidade 51 foi re-instalado, acoplado (motor e compressor) e recondicionado;
- A Unidade 62 (Compressor de alta pressão) avariou duas vezes no motor que movimentava as pás directrizes que ajustam o fluxo de ar no compressor e na outra

foram detectados altos níveis de vibração (BENTLEY). O cartão do sensor de velocidade, que apresentava defeito, encontra-se a funcionar normalmente.

Foram realizadas operações de manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como se segue abaixo:

- Operações de manutenção programadas para os campos e CP foram realizadas durante o período em análise;
- A paragem anual planificada de produção foi realizada com sucesso e sem registo de incidentes na planta de processamento. Durante a referida paragem, foi substituída a tocha de uma das chaminés de estação de queima de gás;
- Após a paragem anual planificada de produção, os compressores de baixa pressão (Unidades 31 e 33) não arrancaram devido à danificação dos vedantes, que evitam o contacto entre o óleo lubrificante e o gás processado, o que causou pressão significativa sobre os furos e sobre a planta em atingir as encomendas diárias de gás, devido à pressão elevada à entrada da planta. Após receber as peças, a equipa de manutenção fez a substituição. As duas Unidades encontram-se a funcionar na sua plenitude.

2.4.3 Projecto de Expansão

2.4.3.1 Projecto de Compressão de baixa pressão

Compressão de baixa pressão: Primeira fase

- Os testes para início de funcionamento (RFC) e Operações de Beneficiação (BO) foi realizado em Novembro e Dezembro de 2015, respectivamente. A equipa técnica da CMH testemunhou os testes de RFC em Novembro de 2015;
- Desde o Operações de Beneficiação (BO) em Dezembro de 2015 foi declarado um montante remanescente de USD 4.1 milhões, como resultado de poupanças do projecto. Tecnicamente o projecto foi concluído, apenas algumas questões contratuais encontram-se na fase de finalização. Mais de US\$ 2 milhões das poupanças estão previstos para a negociação com os empreiteiros adjudicados, para acomodar as reclamações apresentadas após a emissão dos termos de entrega;

- De acordo com os estudos de engenharia (FEED), foi planificada a instalação de uma linha secundária (by pass) para o compressor de baixa pressão. As actividades de engenharia estão em curso e materiais já foram entregues na central de processamento.

Compressão de baixa pressão: Segunda Fase

- De acordo com o plano de desenvolvimento do campo, a segunda fase de compressão de baixa pressão terá início quando a pressão do reservatório sofrer uma redução até 32 bar;
- A segunda fase do projecto de compressão de baixa pressão está em curso e iniciou-se com o processo de verificação dos estudos de engenharia (FEED). A Decisão Final de Investimento (FID) está prevista para o próximo ano Financeiro 2017 (AF17) e o Operações de Beneficiação para finais de Setembro de 2018;
- A estimativa actual dos custos do projecto está em torno de USD 48 milhões, aproximadamente 15% deste valor será alocado até a verificação dos estudos de engenharia (FEED). Contudo, antes do FID, será utilizado um montante de USD 1 milhão para o ano financeiro de 2017, resultante das poupanças declaradas na execução da primeira fase.

2.4.3.2 Projecto de expansão 197 PJ/a (*debottlenecking*)

O objectivo do projecto de “*debottlenecking*” é de aumentar a capacidade de processamento da CP através de um capital mínimo, fazendo pequenas modificações da planta.

Progresso em relação ao período reportado:

- O projecto está na fase de execução;
- Houve progressos significativos na aquisição de equipamento e material e a construção está prevista para o AF17;
- Os testes para início de funcionamento (RFC) e Operações de Beneficiação (BO) estão previstos para o AF17.

2.4.4 Aspectos Legais

Durante o ano em análise, os Parceiros do consórcio estiveram envolvidas na revisão e negociação, com a SPM, da proposta de Contrato de Processamento de Gás (CPG), para o processamento de gás da área do PSA, cuja tarifa pretende-se que seja ao mesmo tempo rentável para o projecto bem como para o processamento de gás de terceiros. As negociações deste contrato estão pendentes devido à falta de conclusão de contratos relevantes de venda de gás, por parte da SPM. Acrescente-se que os principais termos e condições do referido contrato já foram, em princípio, discutidos e acordados, com a excepção da decisão de investir na Quinta Unidade de Processamento (5th train), que ainda não foi instalada, devido a atrasos na implementação do Plano de Desenvolvimento.

Em Julho de 2015, foi assinado o Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos, entre os Parceiros do consórcio (como Vendedores) e a Petromoc (como Compradora), para a venda de Condensado da área do PPA, tendo entrado em vigor a 23 de Julho de 2015, por um período de 3 anos.

Durante o período em análise, os Parceiros do consórcio (JO) receberam solicitação de alteração do Primeiro e do Segundo Contratos de Venda de Gás à Sasol Gas e do Contrato de Venda de Gás à Matola Gas Company (MGC). O pedido para as emendas foi devido à: i) indisponibilidade de informação usada para determinar as taxas de câmbio do Rand Sul Africano e do Dólar Norte Americano, no Banco de Reservas da África do Sul; e ii) ajustamentos técnicos do processo de medição de gás, para iniciar às 00h00, o que implicou a alteração da definição de Dia. Foi igualmente acordado que a determinação da taxa da inflação no Contrato de Venda de Gás com a MGC seria alinhada com a do Primeiro e do Segundo Contratos de Venda de Gás. Todas as emendas foram assinadas pelas partes, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2015.

Durante o presente ano, a CTRG solicitou a retirada do Prémio pelo Risco Geológico que era cobrado nas vendas de gás, no âmbito do Contrato de Venda de Gás à CTRG, cuja supressão ficou efectiva a partir de 19 de Outubro de 2015. Consequentemente, a partir da referida data, o Prémio pelo Risco Geológico foi retirado do preço contratual, passando o gás a ser vendido ao preço base. Por outro lado, com a retirada do referido prémio, os parceiros da UJV ficam isentos da obrigação de indemnização por cessação, em caso de

incapacidade de fornecer as quantidades contratuais de gás, devido a défices de reserva. Para o efeito, o Contrato de Venda de gás à CTRG foi alterado em conformidade, com efeitos a partir de 19 de Outubro de 2015.

Ainda relativamente à CTRG, durante o ano findo, os Parceiros do consórcio receberam um pedido de celebração de um Contrato Directo de Venda de Gás com os Financiadores da CTRG, como forma de assegurar financiamento para o projecto da CTRG. Para efeitos de assinatura do referido Contrato Directo, os Financiadores da CTRG solicitaram um Parecer Jurídico para aferir a capacidade legal das Vendedoras serem partes nos contratos em causa. O referido parecer jurídico foi emitido pela CGA (uma Sociedade de Advogados independente). As negociações do Contrato Directo de Venda de Gás e a Emenda ao Contrato de Venda de Gás à CTRG, bem como dos contratos relevantes foram concluídas, estando a assinatura dos mesmos agendada para o primeiro trimestre do Ano Financeiro 2017.

Considerando que, durante o ano em análise, a ROMPCO deseja comprar o gás de manutenção da linha (*line pack gas*) da CTRG, a SPT (na qualidade de Coordenadora das operações conjuntas - JO) esteve em negociações com a ROMPCO sobre a proposta de Contrato de Venda de Gás à ROMPCO, por forma a garantir que o mesmo esteja alinhado com os outros contratos de venda de gás do Consórcio. Contudo, durante o referido processo negocial, as partes acordaram suspender as negociações do Contrato de Venda de Gás, que seria celebrado entre os Parceiros da JO e a ROMPCO, tendo sido igualmente acordado que o gás solicitado seria disponibilizado ao abrigo das Emendas ao Contrato de Venda de Gás à CTRG, bem como do Contrato de Transporte de Gás celebrado entre a ROMPCO e a CTRG. Para o efeito, a ROMPCO solicitou aprovação da CTRG, que continua pendente.

Relativamente ao Contrato de Venda de 2MGJ de gás por ano à ENH, foi registado um atraso no início de levantamento de gás por parte da ENH o que, nos termos do referido Contrato, está sujeito, no âmbito da cláusula de Levar ou Pagar, a uma penalidade de USD 208 085, relativamente ao ano contratual findo em 30 de Junho de 2015.

Em Abril de 2016, a SPT deu a conhecer que durante o ano contratual 2014/2015, os Parceiros do consórcio (JO) forneceram gás à Sasol Gas, acima dos limites contratualmente

estabelecidos (acima de 115% das Quantidades Contratuais Anuais), tendo-se notificada a Sasol Gas nesse sentido e por forma a que a mesma pagasse o prémio pelo fornecimento de gás anual acima dos limites acordados. Contudo, sendo os Parceiros da JO de opiniões divergentes no que diz respeito ao cálculo do preço do gás anual em excesso, os mesmos acordaram submeter a questão a um Consultor Jurídico independente, que deu a interpretação final da fórmula de referido cálculo.

Durante o ano em análise, os Parceiros do JO negociaram com a Sasol Petroleum Mozambique (SPM) uma proposta de Contrato de Consentimento de Perfuração e Sísmica, com o objectivo de permitir actividades de perfuração e sísmica nas áreas contíguas do PPA e do PSA em Temane. As negociações deste contrato terminaram, tendo o mesmo sido assinado a 30 de Junho de 2016.

Em conexão com o Contrato de Consentimento de Perfuração e Sísmica, os Parceiros do JO negociaram com a SPM, a proposta de Contrato de Serviços de Apoio aos Trabalhos de Perfuração (Acordo de Serviços), com o objectivo de maximizar sinergias operacionais, relacionadas com a utilização das instalações da área do PPA. Ao abrigo do referido Acordo, os Parceiros do JO disponibilizarão certos serviços de logística aos Parceiros da área do PSA, para suporte de suas actividades. O processo negocial deste contrato já foi concluído, estando em curso a fase de recolha de assinaturas.

Relativamente à nova legislação, a 31 de Dezembro de 2015, foram aprovados: (i) o Regulamento do Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas, através do Decreto número 32/2015, e (ii) o Regulamento da Lei de Petróleos, através do Decreto número 34/2015.

Por meio do Decreto número 13/2015, de 3 de Julho de 2015, o Conselho de Ministros aprovou a Regulamento do Trabalho Mineiro, que entrou em vigor a 3 de Outubro de 2015. O referido Regulamento regula as relações individuais e colectivas de trabalho, entre os empregadores e seus trabalhadores nacionais e estrangeiros, dos sectores mineiro e petrolífero.

2.4.5 Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente

Em geral as iniciativas da implementação de boas práticas de segurança saúde e ambiente (SSA) estão a ser cumpridas .

Nenhum incidente significativo de saúde segurança e ambiente foi registado durante o ano financeiro de 2016.

Os programas de gestão de saúde ocupacional continuam a ser bem geridos e foi evidente um notável progresso no alcance de indicadores de desempenho de segurança básica.

Durante o mês de Fevereiro de 2016 foi realizada a inspeção da iluminação no compressor de baixa pressão construído recentemente. Dos resultados da inspeção concluiu-se que todos os valores de iluminação medidos estão em conformidade com os padrões aceites.

O consórcio tem implementado com sucesso o plano de gestão da malária. A estratégia de prevenção CCQ (Consciencialização, Controlo de picadas e Quimioterapia) tem sido partilhada com os trabalhadores.

A malária prevalece como um risco significativo para o consórcio, tendo em conta que esta alcança o pico na época chuvosa.

Foi recebido da Universidade de Pretória, o relatório final sobre a malária e algumas recomendações estão a ser implementadas das quais a mais importante é o controlo da larvicida na lagoa de Nhamacunda no complexo habitacional, foi identificado como sendo o ponto importante de reprodução dos mosquitos vectores da malária e contribui intensamente para a malária nas áreas circunvizinhas.

Em relação ao programa de HIV/Sida, o contrato com a “Care works HIV Management Co” expirou. O consórcio contratou um provedor de serviços local e tem estado a prestar o devido apoio. Decorreu em Dezembro de 2015 a sessão anual de aconselhamento e testagem. Foi satisfatória a participação e testagem voluntária. Os casos positivos estão a ser geridos pelo departamento de saúde em Vilanculos. Estão a ser realizadas campanhas de sensibilização para ambos os funcionários da Sasol e provedores de serviços, bem como a distribuição de preservativos consoante o plano.

Durante o ano financeiro 2016 tiveram lugar as seguintes auditorias:

- Foi conduzida uma auditoria em meados de Outubro de 2015 para avaliar o grau de cumprimento do Plano de gestão ambiental para as operações na CP e do Plano de gestão ambiental para a construção do compressor de baixa pressão. Nenhuma

anomalia foi registada contudo a separação de resíduos no local é um aspecto a ser melhorado e necessita de ser implementado junto com os trabalhadores e os contratados;

- Decorreu em meados de Novembro a auditoria anual para avaliar o cumprimento da norma ISO 14 001 da gestão de sistemas. Nenhuma anomalia significativa foi registada;
- Nos finais de Novembro teve lugar na CP a auditoria anual do governo conduzida pela MITADER (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural) e no âmbito dos projetos em curso. Não foi recebido nenhum relatório de auditoria por parte dos auditores do governo;
- Em Novembro a clínica foi sujeita a auditoria independente para a recertificação do sistema de gestão integrada. Nenhuma anomalia significativa foi apontada, e de um modo geral foram recomendadas as actividades da clínica;
- Teve lugar de 7 a 11 de Setembro de 2015 o processo de auditoria interna sobre a segurança no trabalho, não houve incidentes significativos.
- Teve lugar de 9 a 13 de Novembro a auditoria sobre a concepção e os padrões de qualidade do projeto, o qual resultou em dezanove pontos positivos, 3 melhores práticas e 6 anomalias insignificantes.

2.4.6 Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da UJV

A CMH e os seus parceiros reconhecem a importância de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades situadas na Província de Inhambane, região onde são conduzidas as operações do empreendimento de gás natural de Pande e Temane em Moçambique.

De Julho de 2015 a Junho de 2016, o Consórcio (UJV) desenvolveu projectos sociais nas áreas da educação, geração de renda, desenvolvimento de capacidades, juventude e solidariedade com as vítimas de desastres naturais, totalizando o montante de USD 1 817 688 o que constitui 25% abaixo do orçado para o mesmo período (USD 2 385 000), devido ao adiamento do projecto para construção de um sistema de água em Inhassoro

para o próximo exercício financeiro.

Para o exercício financeiro de 2016, o JO desenvolveu as seguintes actividades no âmbito da sua responsabilidade social:

- **Capacitação de professores na Província de Inhambane**

Com vista a melhorar a qualidade de educação nas escolas da província de Inhambane, 34 professores provenientes de 4 escolas secundárias dos distritos de Govuro e Inhassoro beneficiaram de capacitação adicional nas disciplinas de matemática, química e física com o objectivo de melhorar a qualidade da educação nas escolas.

- **Fornecimento de carteiras escolares para diferentes escolas**

De modo a melhorar as condições das escolas localizadas no Distrito de Vilanculos, foram doadas cerca de 1000 carteiras escolares ao Departamento de Educação do Distrito de Vilanculos para beneficiar cerca de 2400 alunos provenientes de 15 escolas diferentes. Esta iniciativa resulta da contribuição do Consórcio à iniciativa do Governo designada “tirar as crianças do chão” que visa erradicar o problema do défice de carteiras escolares no País.

- **Projectos de desenvolvimento com base nos activos identificados nas comunidades (ABCD)**

Os projectos sustentados pela abordagem ABDC permitem a participação de membros da comunidade e activos em seus próprios projectos de desenvolvimento económico. No âmbito da iniciativa, o Consórcio apoiou o projecto de produção de aviários e ovos envolvendo famílias de comunidades seleccionadas em Inhassoro; apoiou a implementação de um programa de desenvolvimento da juventude nos distritos de Vilanculos, Inhassoro e Govuro que tem como objectivo fornecer as ferramentas necessárias para que os jovens possam progredir nos seus negócios; bem como apoiou um projecto de produção de alimentos para peixes da associação de Mahemelane no distrito de Inhassoro. Estes projectos irão beneficiar directamente cerca de 300 famílias no primeiro ano da sua implementação.

- **Assistência às vítimas da seca no Distrito de Funhalouro**

A seca afecta actualmente o sul de Moçambique, incluindo áreas dentro e em torno das operações do Projecto de Gás Natural. Segundo o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) cerca de 75 000 pessoas nos Distritos de Govuro, Funhalouro, Mabote e Panda na Província de Inhambane, encontram-se em situação de insegurança alimentar devido à seca. Em resposta a referida situação, o Consórcio em parceria com a ONG Care Internacional, prestou apoio a cerca de 5000 famílias afectadas pela seca em Funhalouro de modo a garantir a sua segurança alimentar.

- **Relatório sobre mensuração e avaliação do impacto dos projectos sociais**

De modo a cumprir com o regulamento da política de responsabilidade social empresarial de Moçambique, a UJV se comprometeu a alocar 10% do seu orçamento anual de responsabilidade social para a implementação de mecanismos que visam medir e avaliar o progresso e o impacto dos projetos sociais. Neste contexto, uma empresa de consultoria foi contratada para elaborar um relatório sobre o impacto dos projetos sociais da UJV desde o início do projeto. O relatório irá analisar os progressos realizados pelos projectos no cumprimento dos seus objectivos; avaliar o processo de preparação e desenho do projeto e sua relevância para os beneficiários; e avaliar a eficiência e eficácia com que os recursos foram utilizados para gerar resultados e alcançar os objectivos do projecto, com especial ênfase no impacto e sustentabilidade.

Durante o ano, teve continuidade a formação complementar para a implementação de uma ferramenta de avaliação financeira para projectos sociais, o “Financial Valuation Tool”.

3 Actividades da CMH

3.1 Aspectos Legais

Durante o ano em análise, a CMH negociou diversos contratos comerciais, a saber:

- (i) Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos, para a venda de condensado da área do PPA à Petromoc, tendo entrado em vigor a 23 de Julho de 2015;

- (ii) Contrato de Processamento de Gás (cujo processo negocial encontra-se pendente);
- (iii) Quarta Emenda ao Primeiro Contrato de Venda de Gás à Sasol Gas, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2015;
- (iv) Segunda Emenda ao Segundo Contrato de Venda de Gás à Sasol Gas, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2015;
- (v) Primeira Emenda ao Contrato de Venda de Gás à Matola Gas Company, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2015;
- (vi) Contrato de Consentimento de Perfuração e Sísmica, assinado a 30 de Junho de 2016, entre os Parceiros do JO e a SPM;
- (vii) Contrato de Serviços de Apoio aos Trabalhos de Perfuração (Acordo de Serviços), a ser assinado entre a SPT e a SPM, para prestação de serviços de apoio, necessários para a execução do Contrato de Consentimento de Perfuração e Sísmica;
- (viii) Acordo Directo, a ser celebrado entre os Parceiro do JO, a CTRG e os Financiadores da CTRG (as negociações deste contrato encontram-se na sua fase final e, a CMH aguarda pela não objecção dos seus Financiadores); e
- (ix) Emenda ao Contrato de Venda de Gás à CTRG, a ser assinado entre os Parceiros do JO, a CTRG e os Financiadores da CTRG. As negociações deste contrato já foram concluídas.

Ainda durante o presente ano, a CMH esteve envolvida na revisão de *memorando* e de Acordos de Níveis de Serviço (*Memorandum and Service Level Agreements*), para o desenvolvimento de diferentes projectos, no âmbito da Responsabilidade Social e Corporativa ao nível do JO.

Durante o período em análise, a CMH foi convidada pela SPT, na qualidade de Operadora, a participar nos inventários semestral e anual dos bens nas instalações da Central de Processamento, ao abrigo do estabelecido no JOA. Nesse sentido, dois contabilistas e um Jurista da CMH participaram, a 31 de Dezembro de 2015, no inventário semestral e, a 30 de Maio e 30 de Junho de 2016, no inventário anual. Acrescente-se que a CMH aproveitou

a oportunidade para actualizar, na Conservatória do Registo Predial de Vilanculos, o ponto de situação do registo dos bens imóveis, ao nível do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane, após a expansão do referido Projecto.

Relativamente à nova legislação, foram feitas sessões internas de disseminação do Novo Regime Contratual aplicável a novos projectos, decorrentes da aprovação da nova Lei de Petróleos (Lei número 21/2014, de 18 de Agosto) e do Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas (Lei número 27/2014, de 23 de Setembro), bem como do Regime Jurídico e Contratual Especial aplicável ao Projecto de Gás Natural Liquefeito nas Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma (Decreto-Lei número 2/2014, de 2 de Dezembro).

Durante o ano financeiro 2016, foi elaborada a proposta de Manual de Governação Corporativa da CMH, baseado no modelo distribuído em Fevereiro de 2015, pelo IGEPE (Instituto de Gestão das Participações do Estado), a ser adoptado por todas empresas moçambicanas participadas pelo Estado. A aprovação do referido Manual foi diferida para sessão posterior da Assembleia Geral, após sua harmonização com o Manual de Governação Corporativa da ENH.

Não há litígios a reportar durante este período.

3.2 CMH na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)

Durante o presente período, o valor das acções da CMH variou entre 650 a 775 Meticais. A 30 de Junho de 2016, a CMH tinha 1 256 accionistas, dos quais 1 254 accionistas da classe C, um accionista da classe A (o Estado) e um accionista da classe B (ENH).

3.3 Recursos Humanos

A 30 de Junho de 2016 a CMH contava com um total de 25 trabalhadores dos quais 84% eram quadros superiores. Em Julho de 2015, um engenheiro químico foi admitido e em Fevereiro de 2016, um trabalhador foi dispensado após acordo mútuo de cessação de contrato de trabalho.

De modo a enfrentar os desafios da indústria, a CMH apostou fortemente na formação técnica e profissional de um engenheiro químico, que ocupava até Julho de 2015 o cargo

de Chefe do Sector de Produção, e nomeou-o Director Técnico com efeitos a partir de Julho de 2015 e um geólogo sénior foi nomeado para o substituir.

Um geólogo sénior com mais de 35 anos de experiência no sector de hidrocarbonetos dos quais os últimos 8 anos foram dedicados à CMH, como reformado .

De modo a contribuir com seu papel contínuo de responsabilidade social e proporcionar experiência profissional a estudantes recém graduados e ao mesmo tendo contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do país, a CMH oferece um programa de estágio pré-profissional. Por conseguinte, nos meses de Outubro e Novembro de 2015, um jurista e uma contabilista foram admitidos para um estágio de duração de seis meses e em Fevereiro de Maio de 2016 a mesma oportunidade foi concedida a outros graduados.

A CMH continua a potenciar a formação profissional dos seus colaboradores. Por conseguinte, durante o período de Julho de 2015 a Junho de 2016 o valor total investido para a formação de USD 274 000,00. Durante o referido período, tanto quadros júniores como séniores beneficiaram de programas de formação com especial enfoque às áreas de contabilidade, finanças, legalidade, técnica, incluindo o programa de mestrado de especialização em áreas técnicas, bem como o *secondment* de um engenheiro químico na Central de Processamento de Pande e Temane no período de Março a Maio de 2016. Por outro lado, importa referir que a CMH organizou um curso sobre desafios actuais e futuros do sector de energia em Moçambique e decorreu de 3 a 5 de Dezembro de 2015. O facilitador foi um profissional sénior sobre a matéria e proprietário de uma grande e reputada empresa, sediada em Maputo, que providencia serviços de electricidade. No último dia do curso seguiu-se uma palestra orientada por um antigo Presidente do Conselho de Administração da EDM que falou sobre os desafios da geração e distribuição de electricidade em Moçambique.

De modo a interar-se das actividades da Central de Processamento de Pande e Temane, uma equipa da CMH, composta por um geólogo e dois engenheiros químicos, participaram no Projecto de Compreensão de Baixa Pressão, em Novembro de 2015.

Em Setembro de 2015, um questionário de avaliação da satisfação dos colaboradores foi

levado a cabo e cerca de 80% dos colaboradores demonstraram altos níveis de satisfação e consideraram a CMH como um bom empregador.

3.4 Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da CMH

CMH continua a apoiar de forma autónoma projetos sociais que contribuem para o desenvolvimento de comunidades carentes em várias províncias do Moçambique, investindo em projectos nas áreas da educação e da ciência, meio ambiente, cultura e desporto, acções de solidariedade e de valorização e bem-estar dos trabalhadores.

Para o exercício do ano FY16, findo a 30 de Junho de 2016, as despesas de CMH em projetos sociais ascenderam a USD 711 175. Durante o ano, foram implementados os seguintes projetos:

- **Reabilitação da Escola Primária Completa de Ntwananu**

Durante o exercício, a CMH concluiu o projecto de reabilitação da Escola Primária de Ntwananu localizada no bairro da Costa do Sol na Cidade de Maputo, com o objectivo de proporcionar um melhor ambiente escolar para cerca de 395 crianças de uma comunidade desprivilegiada.

A reabilitação incluiu a reparação do tecto do edifício da escola, electrificação, construção de balneários para alunos e professores, instalação de 2 tanques de água e beboudoros.

- **Doação de equipamento informático**

Com vista a melhorar as condições de ensino de instituições carentes, no decurso do exercício, a CMH doou equipamento informático composto por computadores, laptops, impressoras entre outros equipamentos ao Orfanato Arco -Íris na Matola-Rio , à Escola Secundária Emília Daússe e ao Instituto Industrial e Comercial Eduardo Mondlane na Província de Inhambane.

- **Abertura de um furo de água**

Em resposta a um pedido do Orfanato Arco -Íris na Matola-Rio, a CMH financiou a abertura de um furo de água para beneficiar cerca de 41 crianças orfãs, na maioria com HIV, que sofriam com o problema da escassez de água.

- Acções de solidariedade

Em Dezembro de 2015, a CMH patrocinou o almoço de Natal do Hospital Psiquiátrico do Infulene, doou igualmente diverso equipamento cardéo-vascular para a criação de um ginásio para os pacientes e uma televisão para a enfermaria das mulheres.

Em Fevereiro de 2016, em resposta ao apelo feito pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, a CMH doou cerca de 22 toneladas de alimentos de primeira necessidade para ajudar a atenuar o problema da escassez de alimentos da população afectada pela seca nas províncias de Manica e Gaza.

Em Junho de 2016, a CMH patrocinou o almoço do dia da criança na Escola Primária de Ntwananu.

- Apoio na área do desporto

Na área do desporto, a CMH patrocinou o ENH Futebol Clube; patrocinou a participação da selecção de basquetebol feminina de sub-18 no Campeonato Africano de Basquete que teve lugar no Egipto; bem como apoiou o projecto desenvolvido pela Academia de Xadrez da Matola, que visa promover a prática do xadrez nas escolas públicas de todo o País.

- Apoio na área da cultura

Na área cultural, a CMH patrocinou a produção da edição de 2015 do CD Ngoma Moçambique (uma colectânea de música de típica Moçambicana).

Em Dezembro de 2015, um grupo musical designado Ghorwane lançou um álbum patrocinado pela CMH em 2014 , intitulado "*Kukavata*".

- Apoio na área da educação e ciência

Em Agosto de 2015, a CMH patrocinou a 5ª Edição da Feira de Engenharia de Moçambique que foi realizada em Maputo. O evento reuniu cerca de 6 000 visitantes e teve como objectivo incentivar os estudantes de engenharia actuais e futuros a desenvolver o interesse para a investigação e inovação.

Durante a Feira, a CMH apresentou igualmente uma palestra para estudantes sobre o tema: "*Cadeia de Valor e Gás Etapas da Produção do Gás no Projecto de Pande e Temane*". Em Outubro de 2015, por ocasião do 15º aniversário da CMH, uma palestra semelhante foi ministrada para cerca de 200 estudantes na Universidade Wutivi no Belo Horizonte, Distrito de Boane, Província de Maputo.

- **Promoção do uso do gás natural nas comunidades**

A CMH patrocinou a produção de um vídeo-reportagem sobre o Projecto de Expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural a Norte da Província de Inhambane com vista a promover os benefícios da utilização do gás canalizado nas comunidades. A reportagem será transmitida em todo o País.

- **Valorização e bem-estar dos trabalhadores**

Neste contexto, foram realizados eventos internos alusivos ao aniversário da CMH, quadra festiva, dia do trabalhador, dia da mulher Moçambicana e dia da criança.

3.5 Empresa mãe e outras participadas

A CMH é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (série B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (série A); os restantes 10% das acções (série C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais.

3.6 Assembleia Geral

A 29 de Setembro de 2015, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde foram aprovados: (i) o Relatório e Demonstrações Financeiras do exercício findo em 30 de Junho de 2015, incluindo a proposta de distribuição de dividendos; (ii) a homologação do Contrato de Venda de Gás à ENH (para a venda de 2MGJ/ano) e do Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos à Petromoc, que entraram em vigor a 1 de Junho e a 29 de Julho de 2015, respectivamente; e (iii) a eleição dos membros do Conselho Fiscal. A aprovação da proposta de Manual de Governação Corporativa submetida à Assembleia Geral foi diferida para uma sessão posterior, após o seu alinhamento com o Manual de Governação

Corporativa a ser preparado pela ENH, na qualidade de empresa mãe.

3.7 Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas NIRF

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações de Comité de Interpretações sobre Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC), emitidas e em vigor em 30 de Junho de 2016.

3.8 Gestão da dívida

3.8.1 Serviço da dívida

Durante este exercício findo em 30 de Junho de 2016, a CMH cumpriu as obrigações relacionadas com o serviço da dívida dos primeiros e segundos contratos de empréstimos. Um montante total de USD 17 428 761 foi pago como serviço da dívida durante este ano, sendo USD 14 576 643 relativos a amortização do capital e USD 2 852 118 relativos a juros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

(USD)

	30-Setembro-15		15-Dez-15		31-Mar-16		15-Jun-16		Total AF 16		Saldo da dívida
	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	
DBSA TRANCHES A	183 000	1 388 889			137 250	1 388 889			320 250	2 777 777	2 777 778
DBSA TRANCHES B			537 165	2 261 860			505 427	2 261 860	1 042 592	4 523 720	15 833 016
AFD EMPRÉSTIMO A	172 260	1 336 778			114 840	1 336 778			287 100	2 673 556	1 336 778
AFD EMPRÉSTIMO B			636 446	2 300 795			565 730	2 300 795	1 202 176	4 601 590	16 105 569
TOTAL	355 260	2 725 667	1 173 611	4 562 655	252 090	2 725 667	1 071 157	4 562 655	2 852 118	14 576 643	36 053 141

O saldo actual da dívida é de USD 36 053 141.

3.8.2 Rácios Financeiros

O acordo assinado com a AFD e DBSA em 20 de Maio 2010 permite a CMH pagar dividendos não excedendo 50% do lucro líquido, após o período de disponibilidade. O pagamento dos mesmos está sujeito a determinados rácios financeiros calculados numa base semestral, nomeadamente:

Ratios	30 de Junho de 2015	31 de Dezembro de 2015	30 de Junho de 2016	Nível de Dividendos(AAP) ^a	Nível de Incumprimento(AAP)
Rácio de Projecção Anual de Cobertura do Serviço da Dívida	1.95	2.51	3.26	1.5	1.35
Rácio Histórico Anual de Cobertura do Serviço da Dívida	2.63	2.73	2.59	1.5	1.35
Rácio de Cobertura do Empréstimo	5.51	6.15	4.47	2.0	1.6
Rácio Dívida / Capital	19:81	13:87	14:86	N/A ^b	70:30

a. AAP – Apos o período de disponibilidade

b. Não Aplicável

3.9 Investimento de curto prazo (Investimentos Permitidos)

3.9.1 Contas no estrangeiro (Off-Shore)

De acordo com os contratos de financiamento, os financiadores (AFD e DBSA) autorizaram a CMH a investir até 70% do saldo nas contas *offshore* (conta de Reserva do Serviço da Dívida, conta de Reserva de despesas de Investimento e conta de Receitas) em depósito a prazo no Standard Bank da África do Sul Lda.

Durante este exercício, um montante médio de USD 85 700 000 foi investido trimestralmente a uma taxa de juros média de 0,52% e o total de juros auferidos até a data foi de USD 407 656.

3.9.2 Contas no país (On-Shore)

De modo a obter juros razoáveis nas contas correntes (on-shore) a CMH convidou vários bancos Moçambicanos a apresentarem propostas de termos e condições para remuneração dos depósitos correntes nessas contas.

A melhor proposta foi oferecida pelo Barclays Bank Moçambique, por um período de 12 meses. Desde 1 de Abril 2015, as seguintes taxas locais estão a ser aplicadas: 3.5% para conta em Meticais e 0,15% para conta em USD, sem obedecer qualquer condição de saldo mínimo.

3.10 Alteração de políticas contabilísticas

Não houve alterações das políticas contabilísticas no ano financeiro de 2016.

3.11 Dividendos pagos e declarados

Sem prejuízo do disposto na Política de Distribuição de Dividendos e os compromissos com os actuais Financiadores da CMH, os Financiadores da CMH deram a sua não-objecção ao

pagamento de dividendos até 50% do lucro líquido declarado para o ano financeiro 2015, tendo a CMH efectuado o pagamento total de USD 21 493 000 de dividendos, a 17 de Setembro de 2015 e a 6 de Abril de 2016. Os referidos dividendos são relativos ao ano financeiro de 2014, tendo o pagamento observado os rácios financeiros acordados.

Os dividendos pagos até ao momento totalizam USD 81 567 820, o que representa 69% dos dividendos declarados, conforme mostra a tabela abaixo:

USD

Ano Financeiro	Dividendos Declarados			Dividendos pagos			Saldo declarado sujeita à aprovação dos financiadores para a distribuição
	Data da Assembleia Geral	Dividendos sobre o lucro	Total dos dividendos declarados	Data do pagamento	Dividendos pagos	Total de Dividendos pagos	
AF06*	14/12/2007	49%	6 427 076	-	-	-	4 209 256
AF 07*	19/06/2008	50%	2 911 101	-	-	-	2 911 101
AF 08**	2008/11/12	25%	5 253 297	-	-	-	-
AF 09**	26/11/2009	25%	4 427 978	26 de Janeiro 2009	2 217 820	2 217 820	-
AF 10**	2010/11/11	45%	4 171 003	-	-	-	-
AF 11**	29/11/2011	45%	10 420 453	19 de Agosto 2010	1 250 000	2 500 000	-
				29/31 de Março 2011	1 250 000		
FA12**	27/11/2012	50%	14 340 592	29 de Setembro 2011	1 250 000	2 500 000	-
				4 de Abril 2012	1 250 000		
AF13**	20/11/2013	50%	14 701 320	21 de Novembro 2012	2 500 000	10 470 000	-
				14 de Dezembro 2012	4 170 000		
				12 de Abril 2013	3 800 000		
AF14**	30/09/2014	75%	28 385 507	17 de Setembro 2013	3 290 000	11 950 000	2 850 149
				17 de Dezembro 2013	4 060 000		
				16 de Abril 2014	4 600 000		
AF15**	29/09/2015	50%	26 459 793	23 de Setembro 2014	7 205 584	30 000 000	26 459 793
				16 de Abril 2015	22 794 416		
AF16**				17 de Setembro 2015	14 930 000	21 430 000	
				15 de Abril 2016	6 500 000,00		
Total			117 498 119		81 067 820,00	81 067 820,00	36 430 299

* Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (80%) e o Estado Moçambicano (20%)
 ** Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (70%), e o Estado Moçambicano (20%) e o Sector Privado (10%)

4 Eventos subsequentes

Após 30 de Junho de 2016 até à data de relato , não ocorreram eventos significativos que necessitem de divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras.

IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras anuais da Companhia Mocambiçana de Hidrocarbonetos, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 30 de Junho de 2016 e a demonstração de lucros ou prejuízos e outros resultados compreensivos, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Adicionando, os administradores são igualmente responsáveis pela preparação do relatório e contas.

Os administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materialmente relevantes, quer devidas por fraude, quer a erro, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz, bem como a conformidade com as leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade da entidade poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor são responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia Mocambiçana de Hidrocarbonetos, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de Agosto de 2016 e foram assinadas em seu nome por:



Joaquim Ali Caronga
Presidente do Conselho de Administração



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício HOLLARD
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.co.mz

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Accionistas da Companhia Mocambiçana de Hidrocarbonetos, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia Mocambiçana de Hidrocarbonetos, S.A., que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de Junho de 2016 as demonstrações de lucros e prejuízos e outros resultados compreensivos, alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, constantes das páginas 40 a 86.

Responsabilidade da administração em relação as demonstrações financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e correcta apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pela manutenção de um sistema de controlo interno que a gestão determinar como sendo pertinente para a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade dos auditores

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria. Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Tais normas exigem, da nossa parte, o cumprimento de requisitos éticos pertinentes, bem como o planeamento e a execução da auditoria de forma a obter uma certeza razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria inclui a aplicação de procedimentos que nos permitam obter evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do nosso julgamento, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, quer devidas a fraude ou erro. Ao procedermos à avaliação desses riscos, consideramos os controlos internos relevantes para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras pela entidade, de modo a permitir o desenho de procedimentos de auditoria que sejam, nas circunstâncias, apropriados, mas não com a finalidade de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos sistemas de controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação dos princípios contabilísticos adoptados e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, assim como uma avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, estas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira da Companhia Mocambiçana de Hidrocarbonetos, S.A., em 30 de Junho de 2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

KPMG

8 de Setembro de 2016

Maputo

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG Internacional, uma cooperativa Suíça

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

VI. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 30 DE JUNHO DE 2016

(Valor em USD)	Notas	30 de Junho de 2016	30 de Junho de 2015
ACTIVO			
Activos não – correntes			
Propriedade, instalações e equipamento	5	251 269 883	247 724 219
Activos intangíveis	6	8 460 215	9 131 606
Activos não – correntes		259 730 098	256 855 825
Activos correntes			
Existências	7	1 230 985	1 058 825
Clientes e outros devedores	8	9 616 250	10 947 372
Caixa e equivalentes de caixa	7	135 411 987	140 608 705
Activos correntes		146 259 222	152 614 902
Total do activo		405 989 320	409 470 727
Capital próprio			
Capital social	10	25 286 649	25 286 649
Capital suplementar	11	4 000 000	4 000 000
Reservas legais	11	5 057 330	5 057 330
Reservas de investimento	11	14 296 822	14 296 822
Resultados acumulados		165 360 706	162 548 828
Total de capitais próprios		214 001 507	211 189 629
PASSIVO			
Passivos não – correntes			
Empréstimos obtidos	12	22 813 275	36 052 881
Provisões	13	88 131 682	75 840 417
Outros credores	14	46 379	57 171
Impostos diferidos	19	62 649 855	57 542 248
Passivos não – correntes		173 641 191	169 492 717
Passivos correntes			
Empréstimos obtidos	12	13 239 866	14 576 903
Fornecedores e outros credores	14	3 596 148	4 698 927
Provisões	13	1 499 051	1 470 199
Imposto sobre o rendimento	19	-	8 009 354
Dívidas a pagar entre empresas do grupo	15	11 557	32 998
Passivos correntes		18 346 622	28 788 381
Total do passivo		191 987 813	198 281 098
Total de capitais próprios e passivo		405 989 320	409 470 727

VII. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTROS RESULTADOS COMPREENSIVOS

(Valor em USD)	Notas	30 de Junho de 2016	30 de Junho de 2015
Receitas	16	70 810 818	109 735 798
Outras receitas		1 785	56 213
Custos operacionais	17	(33 599 303)	(28 574 435)
		37 213 300	81 217 576
Despesas financeiras líquidas	18	(1 828 530)	(4 133 625)
Receitas financeiras		3 248 220	1 436 274
Despesas financeiras		(5 076 750)	(5 569 899)
Lucro antes do imposto		35 384 770	77 083 951
Imposto sobre o rendimento	19	(11 142 892)	(24 164 365)
Lucro		24 241 878	52 919 586
Total dos resultados compreensivos		24 241 878	52 919 586
Ganhos por acção			
Ganhos básicos por acção	20	4.08	8.92
Ganhos diluídos por acção	20	4.08	8.92

VIII. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

(Valor em USD)	Capital Social	Capital Suplementar	Reservas Legais (a)	Reservas de Investimento (b)	Lucros Acumulados	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Julho de 2014	25 286 649	4 000 000	5 057 330	14 296 822	139 629 242	188 270 043
Lucro do exercício	-	-	-	-	52 919 586	52 919 586
Dividendos	-	-	-	-	(30 000 000)	(30 000 000)
Saldo em 1 de Julho de 2015	25 286 649	4 000 000	5 057 330	14 296 822	162 548 828	211 189 629
Lucro do exercício	-	-	-	-	24 241 878	24 241 878
Dividendos	-	-	-	-	(21 430 000)	(21 430 000)
Saldo em 30 de Junho de 2016	25 286 649	4 000 000	5 057 330	14 296 822	165 360 706	214 001 507

IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(montantes em USD)	Notas	30 de Junho de 2016	30 de Junho de 2015
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Lucro líquido		24 241 878	52 919 586
Ajustamento para:			
Depreciação e amortização	17	18 626 502	12 254 836
Diferença das perdas cambiais não realizadas		265 136	(56 812)
Ganho de venda de activos		(1 785)	-
Receitas de juros	18	(461 244)	(572 799)
Despesas de juros	18	5 067 036	5 561 610
Imposto sobre o rendimento	19	11 142 892	24 164 365
		58 880 415	94 270 786
Variação do capital corrente			
Saldo entre empresas do grupo		(21 441)	230 146
Clientes e outros devedores		1 331 122	3 766 186
Existências		(172 160)	173 915
Fornecedores e outros credores		(992 452)	(1 006 491)
Caixa gerado de actividades operacionais		59 025 484	97 434 542
Juros recebidos		461 244	572 799
Juros pagos		(2 851 475)	(3 723 838)
Imposto pago	19	(14 594 387)	(17 706 143)
Caixa líquido utilizado em actividades operacionais		42 040 866	76 577 360
Fluxo líquido de caixa de actividades de investimento			
Aquisição de propriedade, instalações e equipamento	5	(11 566 965)	(24 696 883)
Alienação de propriedade, instalações e equipamento		49 626	50 673
Caixa líquido utilizado em actividades de investimento		(11 517 339)	(24 646 210)
Fluxo líquido de caixa de actividades de financiamento			
Reembolso de empréstimos	12	(14 576 643)	(15 138 988)
Dividendos pagos	21	(21 430 000)	(30 000 000)
Caixa líquido de actividades de financiamento		(36 006 643)	(45 138 988)
Fluxo líquido de caixa e equivalentes de caixa		(5 483 116)	6 792 162
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		140 608 705	133 702 961
Efeitos cambiais sobre o caixa		286 398	113 582
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	9	135 411 987	140 608 705

X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Entidade a Reportar

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada em Moçambique a 26 de Outubro de 2000, controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da empresa. A actividade operacional está relacionada com o desenvolvimento de operações petrolíferas como sua actividade principal.

A empresa foi indicada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), conduzir as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela Sasol Petroleum Temane (SPT). Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CPF). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo de arrendamento *Farm-Out* foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à International Finance Corporation (IFC) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Development Bank of Southern Africa (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH executar o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006, foram assinados os seguintes documentos:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;

- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
- iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% de componentes a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota de receitas e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão vai aumentar a capacidade de produção do CPF, da capacidade de produção existente de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

A empresa localiza-se na Av. Julius Nyerere nº4003, Bairro de sommerschild II. Maputo, Moçambique.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) com base no custo histórico ou noutra indicado. As transacções e os saldos relativos à quota da empresa nas operações do consórcio baseiam-se nas demonstrações de facturação e nas informações disponibilizadas pelo operador.

2.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte Americanos, que constitui a

moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte Americanos foram arredondados para a unidade do Dólar mais próximo.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro requer que a equipa de gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados. Em particular, informações sobre julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

Nota 4 – Reconhecimento e Mensuração de activos tangíveis.

Nota 13 – Provisão para custo de encerramento e reabilitação ambiental.

Nota 19 – Imposto sobre o rendimento: Reconhecimento do imposto diferido

Mensuração do justo valor

Um número de políticas contabilísticas e divulgações da Entidade requer a mensuração do justo valor, para activos e passivos financeiros e não financeiros.

A Entidade estabeleceu uma estrutura de controlo respeitante a mensuração do justo valor. A Entidade revê regularmente dados não observáveis significativos e ajustamentos de avaliação.

Se a informação de terceiros, tais como cotações de correctoras ou serviços de fixação de preços, é usada para mensurar o justo valor, em seguida, a equipa de avaliação avalia a evidência obtida a partir de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações cumpram com os requisitos da NIRF, incluindo o nível no hierarquia do justo valor em que essas avaliações devem ser classificados.

Ao mensurar o justo valor de um activo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. O justo valor é classificado em diferentes níveis de hierarquia do justo valor com base nos insumos utilizados nas técnicas de avaliação, como segue.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos.
- Nível 2: dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para

activos ou passivos, directamente (como preços) ou indirectamente (derivado de preços).

- Nível 3: dados para activos ou passivos que não têm como base dados de mercados observáveis (dados não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o justo valor de um activo ou passivo sejam categorizados em níveis diferentes da hierarquia do justo valor, então a mensuração do justo valor é categorizada na sua totalidade no mesmo nível da hierarquia de justo valor como dado de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração.

A Entidade reconhece as transferências entre os níveis de hierarquia do justo valor no final do período de relato durante o período em que ocorreu a alteração.

Informação adicional sobre os pressupostos feitos ao mensurar os justos valores é incluídos na Nota 21 – instrumentos financeiros

3. Principais Políticas Contabilísticas

Exceptuando as alterações abaixo, as políticas contabilísticas estabelecidas do 3.1 a 3.17 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Actividades de empreendimento conjunto

As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de um Empreendimento conjunto não incorporado (JO), nos termos da qual o empreendimento conjunto não é registado como uma empresa separada, mas cada parte da JO, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos e rendimentos líquidos das operações.

3.2. Transacções em Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio do final de ano.

O ganho ou perda cambial é a diferença entre o custo na moeda funcional no início do ano, ajustado pela taxa efectiva de juro e pagamento durante o ano, e o custo em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio do final do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi

determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção.

As diferenças de câmbio resultantes da reconversão da moeda são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos, como parte de proveitos financeiras ou custos financeiros.

3.3. Instrumentos Financeiros

Activos financeiros não-derivados

A empresa reconhece inicialmente os empréstimos e contas a receber na data em que são originados. Todos os outros activos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transacção na qual a empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A entidade não reconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expirarem ou quando forem transferidos os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro numa transacção em que todos os riscos e recompensas de propriedade do activo financeiro sejam, substancialmente, transferidos. Qualquer juro sobre os activos financeiros transferidos que seja criado ou retido pela Empresa é reconhecido como um activo ou passivo separado. Os activos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, a empresa tiver um direito legal de compensar os montantes e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar, simultaneamente, o passivo.

A entidade tem os seguintes activos financeiros não-derivados: empréstimos e contas a receber.

Empréstimos e devedores – Esses activos são reconhecidos inicialmente pelo justo valor mais todos os custos da transacção directamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e os devedores são mensurados ao custo amortizado, pelo método de juro efectivo menos quaisquer perdas por imparidade. Os empréstimos e devedores incluem clientes, empresas do grupo e devedores (ver a nota 8).

Caixa e equivalentes de caixa compreendem as notas e moedas em numerário e os depósitos, com maturidades iniciais de três meses ou inferiores. Os descobertos bancários reembolsáveis são parte integrante da gestão de caixa da Empresa e são incluídos como uma componente de caixa e equivalentes de caixa para efeitos de demonstração de fluxos de caixa.

Passivos financeiros não-derivados

A Empresa reconhece inicialmente as garantias de dívida emitidas e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transacção em que a Empresa se torne parte das disposições do instrumento contratual. A Empresa não reconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são libertadas ou canceladas ou expiram. A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não-derivados: empréstimos e credores os quais incluem credores entre empresas do grupo. Esses passivos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo seu justo valor mais todos os custos de transacção directamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são mensurados, usando-se o método da taxa de juro efectiva.

Capital Social

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

3.4. Activos fixos tangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os itens de activos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por redução do valor recuperável.

O custo inclui todas os custos directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauro do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item de activos fixos tangíveis tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) dos activos fixos tangíveis.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de activos fixos tangíveis são determinados pela comparação receitas de venda com quantia escriturada dos itens de activos fixos tangíveis e são reconhecidos em “outros proveitos” na demonstração de resultados.

Custos subsequentes

O custo de substituição de parte de um item de activos fixos tangíveis é reconhecido no montante

da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte fluam para a Empresa e o custo possa ser medido com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida. O custo de manutenção diária de propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

Depreciação

Os activos não produtivos, as depreciações são registados em ganhos e perdas numa base de quotas constantes sobre as vidas úteis estimadas de cada item de activos fixos tangíveis. A terra e os imobilizados em curso não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

-Veículos motorizados	4 anos
-Equipamento	4 – 10 anos
-Edifício	50 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

3.5. Custos de Exploração, Avaliação e Desenvolvimento

O método de esforço bem-sucedido é usado para contabilizar a exploração de gás e as actividades de avaliação.

Os custos geológicos e geofísicos relativos a furos exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nas demonstrações de resultados, conforme incorridos.

Após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em activos fixos tangíveis. Estes custos permanecem capitalizados, pendentos da determinação das reservas de gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como

furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e avaliar a despesa como um activo.

As actividades de desenvolvimento envolvem um plano ou desenho para a produção de produtos e processos novos ou substancialmente melhorados. A despesa de desenvolvimento é capitalizada somente se os custos de desenvolvimento puderem ser medidos de forma fiável, o produto ou o processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros sejam prováveis e a Empresa pretenda e tenha recursos suficientes para completar o desenvolvimento e usar ou vender o activo. A despesa capitalizada inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que sejam directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relativos ao desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outra despesa de desenvolvimento é reconhecida em lucros ou prejuízos, conforme incorrida.

A despesa incorrida para perfurar e equipar furos em desenvolvimento em propriedades comprovadas é capitalizada como activos minerais em activos fixos tangíveis na data em que é comissionada.

A despesa de desenvolvimento capitalizada é medida ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.

A depreciação dos activos de exploração e das despesas de desenvolvimento capitalizadas mais os custos de comissionamento é baseada no método de unidades de produção, numa base de campo-a-campo, calculada com utilização de uma estimativa das reservas comprovadas desenvolvidas de petróleo e gás. Estas reservas representam as reservas remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos Vendedores usado para cálculo retroactivo da depreciação no início de cada ano financeiro.

3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são reconhecidos ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios

económicos dos bens fluam para a empresa, e os custos dos activos possam ser mensurados de forma fiável. Os activos intangíveis consistem apenas de direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, ao abrigo de um Contrato de Produção de Petróleo assinado em Outubro de 2000, que expira em 2033 (ver a nota 1). Este activo intangível é amortizado segundo o método quotas constantes ao longo do período de vida útil remanescente.

Despesas subsequentes

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentarem os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico ao qual se relacionem. Todas as outras despesas, incluindo as despesas de “goodwill” e marcas, geradas internamente, são reconhecidas nos lucros ou prejuízos, conforme incorridas.

3.7. Provisões

As provisões para restauro ambiental e qualquer acção judicial são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de eventos passados; é provável que uma drenagem de recursos seja necessária para pagar a obrigação; e o montante tenha sido estimado de forma fiável. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local das instalações é reconhecida como e quando o passivo de carácter ambiental surge.

Onde um passivo de carácter ambiental e de fecho resultem de actividades de desenvolvimento mineiro, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação surgir de actividades de produção mineira, tal obrigação constitui gastos, as provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa previstos, a uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as taxas de mercado correntes e os riscos específicos da obrigação. As alterações das provisões que foram capitalizadas aquando do reconhecimento inicial no custo do activo relacionado são adicionadas ou deduzidas da quantia escriturada do activo.

Onde houver um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de e fluxo ser requerida para pagamento é determinada tendo em conta a classe das obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo se a probabilidade de exfluxo respeitante a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações for pequena. As provisões são mensuradas ao valor presente das despesas previstas como necessárias para o pagamento da obrigação, usando-se uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O acréscimo das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido

como uma despesa de juro.

3.8. Imparidade dos Activos

Activos não financeiros

A quantia escriturada dos activos da entidade, com excepção das existências, são revistos em cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o seu montante recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

O montante recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes das dos outros activos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

Activos financeiros não-derivados

Um activo financeiro não classificado ao justo valor através de lucros ou prejuízos, é avaliado à cada data de relato, para determinar se existe evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do activo e, que aquele evento (perda) teve impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados desse activo que pode ser estimado de forma fiável.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui incumprimento ou dificuldade de pagamento do devedor, reestruturação de um montante devido à Entidade em condições de que a Entidade de outra forma não consideraria, indicação de que o devedor ou emitente entrará em falência, mudanças adversas na situação de pagamento dos mutuários ou emitentes, condições económicas relacionadas com incumprimento ou desaparecimento de um

mercado activo e seguro. Contudo, para um investimento de títulos de acções, um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo é evidência objectiva de imparidade.

A entidade considera evidência de imparidade de activos financeiros mensurados pelo custo amortizado (empréstimos e contas a receber), quer para o activo específico e colectivo. Todos os activos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados quanto à sua imparidade específica. Aqueles activos que não se verificam com a imparidade específica são então avaliados colectivamente para qualquer imparidade que tenha sido incorrida, mas ainda não identificada. Os activos que não são individualmente significativos são avaliados colectivamente pelo agrupamento de activos com características de risco semelhantes.

Na avaliação colectiva de imparidade, a entidade utiliza tendências históricas de probabilidade de incumprimento, de prazo de recuperação e montantes dos prejuízos incorridos, ajustados pelo julgamento da administração sobre se as condições económicas actuais e de crédito são de tal ordem prejuízos reais maiores ou menores do que as seguidas pelas tendências históricas.

Uma perda por imparidade em relação a um activo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada pela diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo. As perdas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos e reflectidas numa conta de provisão contra empréstimos e contas a receber. Os juros de activos em imparidade continuam a ser reconhecidos. Quando um evento ocorre depois de a imparidade ter sido reconhecida, a perda por imparidade é reduzida, a diminuição da perda de imparidade é revertida através de lucros ou prejuízos. A reversão não irá resultar em um valor contábil do ativo financeiro que exceda o que o custo amortizado teria sido se a imparidade não tivesse sido reconhecida na data em que o valor é revertido.

3.9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e impostos diferidos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos excepto que o imposto corrente é o imposto que se prevê pagar sobre o rendimento tributável do ano, utilizando as taxas de imposto legisladas ou substancialmente previstas à data do relatório, e todos os ajustamentos ao imposto a pagar respeitantes aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e dos montantes

usados para efeitos de tributação.

O imposto diferido é medido às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relato. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os bens de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus bens e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revistos em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

3.10. Benefícios dos Empregados

O custo dos benefícios a curto-prazo dos empregados, tais como salários, direito dos trabalhadores a férias pagas, bónus, assistência médica e outras contribuições, é reconhecido durante o período em que o empregado presta o serviço relacionado. A Empresa reconhece o custo do bónus previsto, somente quando tem uma obrigação presente, legal ou construtiva de efectuar esse pagamento e uma estimativa fiável possa ser feita.

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a trabalhadores no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo trabalhador.

As contribuições para o fundo do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), para o qual todas as empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a contribuir, baseiam-se numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrerem.

Outros benefícios ao trabalhador a curto prazo

As obrigações de curto prazo referentes aos benefícios a pagar aos trabalhadores são mensuradas

numa base não descontada e são registadas como despesas quando o respectivo serviço é prestado. Uma provisão é reconhecida pelo valor que se espera pagar, a curto prazo ao abrigo de um plano de pagamento de bónus se a entidade tiver obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor por algum serviço que o trabalhador tenha prestado no passado, desde que essa obrigação possa ser estimada de forma fiável.

3.11. Existências

As existências são mensuradas pelo menor valor do custo de aquisição e pelo valor realizável líquido. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição de activos, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para conseguir reuni-las no mesmo local e condição.

O custo do gás natural líquido é determinado usando o método de avaliação *first-in-first-out* – FIFO enquanto o custo do processamento, manutenção e outros materiais é determinado usando o preço do custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio menos o custo de despesas de conclusão e de vendas.

3.12. Reconhecimento do Receitas

O receitas das vendas de gás natural e de gás natural líquido - condensado, no decurso das actividades ordinárias, é mensurado ao justo valor do pagamento recebido ou a receber, líquido de “royalties” pagas ao governo, retornos, impostos indirectos, descontos comerciais e de quantidades concedido pela entidade. A receita é reconhecido quando existir evidência persuasiva, na forma de contrato de vendas de gás executado, de que os riscos significativos e os prémios de propriedade foram transferidos para o comprador, que a recuperação do pagamento seja provável, os custos associados e o retorno possível dos bens podem ser estimados de forma fiável, de que não há nenhum envolvimento continuado da direcção com os bens e que o montante da receita possa ser mensurado de forma fiável. Na produção e venda de gás, a transferência de propriedade ocorre geralmente quando o gás ou o condensado são fisicamente transferidos para o gasoduto.

O “royalty” a pagar é o imposto sobre o petróleo produzido no território moçambicano, a partir de um depósito de petróleo. A base do cálculo fiscal do “royalty” é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdidas como resultado de qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou por negligência. O royalty (imposto) é cobrado em 5% do valor do gás natural e condensado produzido ou extraído e vendido, excluindo o custo de transporte, recolha e processamento.

3.13. Dividendos

Com base nos contractos de empréstimos da empresa, a CMH deverá distribuir dividendos ou fazer qualquer distribuição se:

(i) Nenhum evento de incumprimento ou evento potencial de incumprimento tiver ocorrido e esteja continuado;

(ii) A distribuição total não excede a 50% do lucro líquido da CMH, sujeito a disponibilidade de caixa.

Os seguintes rácios de distribuição tenham sido alcançados:

(II.1) O RPACSD² não seja inferior a 1,5: 1;

(II.2) O RHACSD³ não seja inferior a 1,5: 1;

(ii.3) O RCE⁴ não inferior a 2: 1.

A CMH só pode distribuir dividendos mediante o consentimento escrito dos Financiadores. Assim, a empresa considera que os dividendos aprovados pelos Financiadores e pagos serão deduzidos dos lucros acumulados.

3.14. Rendimentos Financeiros e custos financeiros

Os Rendimentos Financeiros incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem crescendo nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, a anulação do desconto em provisões. As perdas ou ganhos cambiais líquidos estão também inclusos como receitas financeiras ou despesas financeiras.

Os custos de empréstimos que não sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são reconhecidos nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva.

3.15. Relato por Segmentos

A Entidade tem apenas um segmento - as suas operações de gás natural estão localizadas no sul de Moçambique.

² Rácio de Projecção Anual de Cobertura do Serviço da Dívida

³ Rácio Histórico Anual de Cobertura do Serviço da Dívida

⁴ Rácio de Cobertura do Empréstimo

3.16. Ganhos por acção

A Empresa apresenta dados relacionados com resultados por acção básicos e diluídos para as suas acções ordinárias. Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários da Empresa pelo número médio ponderado de acções ordinárias pendentes durante o período. O cálculo dos resultados por acções diluídos é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias pendentes, para efeitos de todas as potenciais acções ordinárias.

4. Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

Existem novas normas, emendas às alterações e interpretações contabilísticas emitidas mas ainda não efectivas para o exercício findo em 30 de Junho de 2016 e não foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras:

Efectiva para o exercício com início a 01 de Janeiro de 2016

- NIRF 14 Contas Regulamentares Diferidas.
- Classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente (Emenda à NIRF 11).
- Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Emenda à à NIC 16 e NIC 38).
- Agricultura: Plantas Produtoras (Emenda à NIC 16 e NIC 41).
- *Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas* (Emenda à NIC 27).
- Iniciativa de Divulgação (Emenda à NIC 1).
- *Entidades de Investimento: Aplicando a Isenção de Consolidação* (emendas à NIRF 10, NIRF 12 e NIC28).

Efectiva para o exercício com início a 01 de Janeiro de 2017

- Iniciativas de divulgação (Emenda à NIC 7).
- Reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas (Emenda à NIC 12).

Efectiva para o exercício com início a 01 de Janeiro de 2018

- NIRF 15 Rédito de contratos com os clientes.

- NIRF 9 Instrumentos Financeiros.
- Classificação e mensuração transacções de pagamento com base em acções (emendas à NIRF 2).

Efectiva para o exercício com início a 01 Janeiro 2019

- NIRF 16 Locações.

Norma disponível para adopção opcional

- Venda ou a Contribuição de Activos entre um Investidor e sua Associada ou empreendimento conjunto (Emendas à NIRF 10 e NIC 28).

Todas as normas e interpretações serão adoptadas nas respectivas datas efectivas (excepto para Normas e Interpretações que não são aplicáveis à entidade).

NIRF 14 Contas Regulamentares Diferidas

A NIRF 14 fornece orientações sobre a contabilização de regulamentação saldos das contas de diferimento por adoptantes pela primeira vez das NIRF. Para aplicar essa norma, a entidade tem de ser a taxa regulada ou seja, o estabelecimento de preços que podem ser cobrados aos seus clientes por bens e serviços está sujeita a supervisão e / ou aprovação por um organismo autorizado.

A norma é efectiva para exercícios de relatórios financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2016, com adopção antecipada permitida. Esta norma não é relevante para a entidade.

Classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente (emendas à NIRF 11)

As alterações exigem contabilidade combinação de negócios a ser aplicado a aquisições de participações em uma operação conjunta que constitui um negócio.

A combinação de contabilidade de negócios também se aplica à aquisição de participações adicionais em uma operação conjunta, enquanto as operadoras conjuntas mantenham o controlo conjunto. A participação adicional adquirida será avaliada pelo justo valor. A participação anteriormente detida na operação conjunta não será recalculada.

As emendas aplicam-se prospectivamente a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016 e a adopção antecipada permitida.

Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (emendas à NIC 16 e NIC 38)

As emendas à NIC 16 Propriedade, Instalações e Equipamento indicam explicitamente que os métodos baseados em receitas de depreciação não podem ser usadas para a propriedade, instalações e equipamento.

As emendas à NIC 38 Activos Intangíveis introduzem uma presunção refutável de que o uso de métodos de amortização baseada em receita para os activos intangíveis são inadequados. A presunção só pode ser superada quando o rédito e o consumo dos benefícios económicos do activo intangível são "altamente correlacionados", ou quando o activo intangível é expresso como a mensuração do rédito.

As emendas aplicam-se prospectivamente a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016 e a adopção antecipada é permitida.

Agricultura: Plantas Produtoras (emendas à NIC 16 e NIC 41)

As emendas à NIC 16 Propriedade, Instalações e Equipamento e NIC 41 Agricultura exigem que uma planta produtora (que é uma planta viva usada exclusivamente para cultivar produtos ao longo de vários períodos) seja contabilizada como propriedade, instalações e equipamento de acordo com a NIC 16, Propriedade, Instalações e Equipamento, em vez da NIC 41 Agricultura. O produto que cresce em plantas produtoras permanecerá dentro do âmbito da NIC 41.

As emendas aplicam-se prospectivamente a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016 e a adopção antecipada é permitida, porém, não é relevante para a empresa.

Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas (Emendas à NIC 27)

As emendas permitem que uma entidade aplique o **Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas** para contabilizar os seus investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos .

As emendas são de aplicação retrospectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016 e a adopção antecipada é permitida. Não há nenhum impacto para CMH, uma vez

que não tem qualquer subsidiária.

Iniciativa de Divulgação (Emenda à IAS 1)

As emendas fornecem orientações adicionais sobre a aplicação da materialidade e agregação na preparação das demonstrações financeiras. As esclarecem igualmente os princípios de apresentação aplicáveis a da ordem de notas, outros resultados compreensivos de equivalência patrimonial de investimentos e subtotais apresentados na demonstração da posição financeira e na demonstração de lucros ou prejuízos e em outros resultados compreensivos.

As emendas são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016 e é permitida a adopção antecipada.

Entidades de Investimento: Aplicando a Isenção de Consolidação (emendas à NIRF 10, NIRF 12 e NIC 28)

A emenda à NIRF 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas esclarece que subsidiárias de uma entidade de investimento são consolidadas em vez de ser mensurada ao justo valor através de lucros ou prejuízos. A emenda modifica igualmente a condição na isenção consolidação geral que requer que a empresa mãe ou última empresa mãe prepare as demonstrações financeiras consolidadas. A emenda esclarece que esta condição é igualmente satisfeita quando a empresa mãe ou filial mensura as subsidiárias ao justo valor através de lucros ou prejuízos de acordo com a NIRF 10 e não só quando a última empresa mãe ou empresa-mãe intermédia consolida suas subsidiárias.

A emenda à NNIRF 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades requer que uma entidade prepare as demonstrações financeiras em que todas as suas subsidiárias são mensuradas ao justo valor através de lucros ou prejuízos de acordo com a NIRF 10 para fazer divulgações exigidas pelas NIRF 12 relativas a entidades de investimento.

A emenda à NIC 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos modifica as condições em que uma entidade não aplica o método da equivalência patrimonial aos seus investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos para alinhar estas relativamente as emendas às NIRF 10 condições por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas. As emendas introduzem alívio quando se aplica o método de equivalência patrimonial que permite a entidade de não-investimento numa associada ou empreendimento conjunto seja uma entidade

de investimento para manter o justo valor através de lucros ou prejuízos de mensuração aplicada pela associada ou empreendimentos conjuntos para as suas subsidiárias.

As emendas são de aplicação retrospectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com adopção antecipada permitida.

Iniciativa de Divulgação (Emenda à NIC 7)

As emendas prevêm divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos resultantes de actividades de financiamento, incluindo as mudanças decorrentes dos fluxos de caixa e não caixa . Isso inclui fornecer uma reconciliação entre os saldos de abertura e fecho para passivos resultantes de actividades de financiamento.

As emendas são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro 2017 e com adopção antecipada permitida.

Reconhecimento de Activos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas (Emenda à NIC 12)

As emendas fornecem orientações adicionais sobre a existência de diferenças temporárias dedutíveis, que dependem exclusivamente de uma comparação entre a quantia escriturada de um activo e sua base fiscal à data de relato, e não é afectado por possíveis mudanças futuras na quantia escriturada ou o modo de recuperação do activo esperado.

As emendas fornecem igualmente orientações adicionais sobre os métodos utilizados para calcular o lucro tributável futuro para determinar se um activo por imposto diferido pode ser reconhecido.

A orientação é fornecida quando uma entidade pode assumir que recupere um activo relativamente a sua quantia escriturada, desde que haja provas suficientes de que seja provável que a entidade venha a conseguir tal feito.

São fornecidas orientações para diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a perdas não realizadas não avaliados separadamente para reconhecimento. Estes são avaliados numa base combinada, a menos que uma lei fiscal restringe a utilização de prejuízos às deduções contra o resultado de um tipo específico.

As emendas são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro 2017 e adopção antecipada permitida.

NIRF 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma substitui a NIC 11 Contratos de Construção, a NIC 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelização de CVlientes, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferência de activos de clientes e SIC-31 Rédito - Rédito - Transacções de Troca Envolvendo Serviços de Publicidade.

A norma contém um único modelo que se aplica a contratos com clientes e duas abordagens para reconhecer o rédito: em um ponto no tempo ou ao longo do tempo. O modelo apresenta uma análise de cinco etapas com base no contrato de transacções para determinar se, quanto e quando o rédito é reconhecido.

A empresa está actualmente no processo da realização de uma avaliação mais pormenorizada do impacto desta norma e irá fornecer mais informações nas demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho de 2017 .

A norma passa a vigorar para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em 24 de Julho 2014, o IASB emitiu a Norma final respeitante à NIRF 9 *Instrumentos Financeiros*, que substitui as versões anteriores da NIRF 9 e conclui o projecto do IASB para substituir a NIC 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

Esta norma terá um impacto significativo sobre a Entidade, que incluem mudanças na base de mensuração de activos financeiros da Entidade para o custo amortizado, o justo valor através de outros resultados compreensivos ou justo valor através de lucros ou prejuízos. Mesmo que essas categorias de mensuração sejam semelhantes às NIC 39, os critérios de classificação para essas categorias são significativamente diferentes. Além disso, o modelo de imparidade da NIRF 9 foi alterado a partir de um modelo de "perda incorrida" da NIC 39 para um modelo de "perda esperada de crédito".

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção

antecipada permitida.

Esclarecer a contabilidade de pagamentos com base em acções (emendas à NIRF 2)

Actualmente, não existe ambiguidade sobre a forma como uma empresa deve contabilizar certos tipos de acordos de pagamento com base em acções. O IASB tem respondido através da publicação de alterações ao pagamento com base acções NIRF 2.

As emendas abrange três áreas de contabilidade:

Mensuração de pagamentos com em acções liquidadas em dinheiro - Actualmente, não há orientação na NIRF 2 sobre como mensurar o justo valor do passivo em um pagamento baseado em acções liquidadas em dinheiro. As emendas esclarecem que um pagamento com base em acções liquidadas em dinheiro é mensurada usando a mesma abordagem que para pagamentos com base em acções liquidadas com capital próprio - ou seja, o método data da concessão modificada. Portanto, para mensurar as condições do mercado de responsabilidade e de não aquisição são tomadas em conta na mensuração do seu justo valor e o número de prémios a receber dinheiro é ajustado para reflectir a melhor estimativa dos que devem ser adquiridos como resultado de um serviço satisfatório e qualquer condições de desempenho que não seja do mercado.

As novas exigências não mudam o montante acumulado de despesa que seja reconhecida, porque o valor total para um pagamento com base em acções liquidadas em dinheiro ainda é igual ao valor pago no momento da liquidação.

Classificação dos pagamentos com base em acções liquidadas líquidas de retenções de impostos - A empresa pode ser obrigada a cobrar ou reter o imposto relacionado a um pagamento com base em acções, mesmo que a obrigação fiscal é muitas vezes uma responsabilidade do empregado e não a empresa. Actualmente, não está claro se a parte do pagamento com base acções que é retido nestes casos devem ser contabilizados como liquidada com capital próprio ou liquidada financeiramente. As emendas introduzem uma excepção informando que, para fins de classificação, uma transacção de pagamento com base em acções com os funcionários é contabilizado como liquidada com capital próprio se determinados critérios forem satisfeitos.

Contabilizando por uma modificação de um pagamento com base em acções liquidada financeiramente - Não há orientação específica na NIRF 2, que trata da contabilização quando um

pagamento com base em acções é modificado a partir liquidada com capital próprio ou liquidada financeiramente. As emendas esclarecem a abordagem que as empresas estão a aplicar.

As emendas são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018.

NIRF 16 Locações

A NIRF 16 foi publicado em Janeiro de 2016. Ela estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente (o «locatário») e o fornecedor (o «locador»). A NIRF 16 substitui as locações da norma anterior NIC 17 Locações, e interpretações relacionadas. A NIRF 16 tem um modelo para os locatários que irá resultar em quase todos os contratos de arrendamento a ser incluída na demonstração da posição financeira. Não ocorreram alterações significativas para os locadores.

A norma passa a vigorar por períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro 2019, com adopção antecipada permitida somente se a entidade adoptar a NIRF 15. As disposições transitórias são diferentes para os locatários e locadores. A empresa está a avaliar o potencial impacto sobre as demonstrações financeiras resultantes da aplicação da NIRF 16.

Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e sua Associada ou Empreendimento Conjunto (Emendas à NIRF 10 e NIC 28)

As emendas exigem o ganho total a ser reconhecido quando os activos transferidos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto satisfazem a definição de um "negócio" em NIRF 3 Combinações de Negócios. Quando os activos transferidos não satisfazem à definição de um negócio, um ganho parcial à medida dos interesses dos investidores independentes na associada ou empreendimento conjunto é reconhecida. A definição de um negócio é a chave para determinar a extensão do ganho a ser reconhecido.

O IASB decidiu adiar a data efectiva para estas emendas indefinidamente. A Adopção ainda é permitida.

Resumo das normas e interpretações que ainda não estão em vigor é apresentado abaixo, juntamente com as datas em que foram emitidas pelo IASB:

Norma/Interpretação	Data de emissão	Data efectiva
---------------------	-----------------	---------------

		pele IASB	
NIRF 14	Contas regulamentares diferidas	Janeiro 2014	01 de Janeiro de 2016
NIRF 11	Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas	Maio 2014	01 de Janeiro de 2016
NIC 16 e NIC 38	Esclarecimento dos métodos aceitáveis de Depreciação e Amortização	Maio 2014	01 de Janeiro de 2016
NIC 16 e NIC 41	Agricultura: Plantas Produtoras	Junho 2014	01 de Janeiro de 2016
NIC 27	método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	Agosto 2014	01 de Janeiro de 2016
NIRF 10 e NIC 28	Venda ou a entrada de bens entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto	Setembro 2014	diferida indefinidamente
NIRF 10, NIRF 12 e NIC 28	<i>Entidades de Investimento: Aplicando a Isenção de Consolidação</i>	Dezembro 2014	01 de Janeiro de 2016
NIC 1	Iniciativa de Divulgação	Dezembro 2014	01 de Janeiro de 2016
NIC 7	Divulgação de Emendas	Janeiro 2014	01 de Janeiro de 2017
NIC 12	Reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas	Maio de 2014	01 de Janeiro de 2017
NIRF 15	Rédito de contratos com clientes	Maio de 2014	01 de Janeiro de 2018
NIRF 9	Instrumentos Financeiros	Julho 2014	01 de Janeiro de 2018
NIRF 2	Emendas de pagamentos com base em acções	Junho 2016	01 de Janeiro de 2018
NIRF 16	Locações	Janeiro 2016	01 de Janeiro de 2019

5. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifício - escritórios USD	Veículos e Equipamento USD	Activos de Mineração e CPF USD	Investimento em curso USD	Total USD
Custo					
Saldo em 1 de Julho de 2014	2 078 836	1 243 968	241 610 502	25 182 466	270 115 772
Adições	-	-	19 124 403	24 239 722	43 364 125
Alienações	-	(105 693)	-	-	(105 693)
Transferências	-	154 060	1 726 128	(1 969 478)	(89 020)
Saldo em 30 de Junho de 2015	2 078 836	1 292 335	262 461 033	47 452 710	313 284 914
Saldo em 1 de Julho de 2015	2 078 836	1 292 335	262 461 033	47 452 710	313 284 914
Adições	-	242 377	11 688 105	9 619 919	21 550 401
Alienações	(54 735)	-	-	-	(54 735)
Transferência	-	-	52 314 886	(52 314 886)	-
Saldo em 30 de Junho de 2016	2 024 101	1 534 712	326 464 024	4 757 743	334 780 580
Depreciação Acumulada					
Saldo em 1 de Julho de 2014	124 731	508 360	53 421 502	-	54 054 593
Adições	41 577	292 525	11 227 020	-	11 561 122
Alienações	-	(55 020)	-	-	(55 020)
Saldo em 30 de Junho de 2015	166 308	745 865	64 648 522	-	65 560 695
Saldo em 1 de Julho de 2015	166 308	745 865	64 648 522	-	65 560 695
Depreciação	41 212	185 784	17 728 115	-	17 955 111
Alienações	(5 109)	-	-	-	(5 109)
Saldo em 30 de Junho de 2016	202 411	931 649	82 376 637	-	83 510 697
Quantias escriturada					
Em 1 de Julho de 2014	1 954 105	735 608	188 189 000	25 182 466	216 061 179
Em 1 de Julho de 2015	1 912 528	546 469	197 812 512	47 452 710	247 724 219
Em 30 de Junho de 2016	1 816 581	603 063	244 087 387	4 757 743	251 269 883

Detalhes de adições monetárias e não monetárias

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Adições do exercício	21 550 401	43 364 125
Ajustamentos por itens não monetários – provisão ambiental	(9 983 436)	(18 667 242)
Pela demonstração do fluxos de caixa	11 566 965	24 696 883

A Central de Processamento incluída nos activos de mineração minerais é usada como garantia em relação a facilidade de empréstimos com a AFD e o DBSA (veja nota 12).

6. Activos Intangíveis

	Direitos de Concessão USD
Custo	
Em 1 de Julho de 2014	19 231 666
Adições	89 290
Saldo em 30 de Junho de 2015	<u>19 320 956</u>
Em 1 de Julho de 2015	19 320 956
Adições	-
Saldo em 30 de Junho de 2016	<u>19 320 956</u>
Amortização Acumulada	
Em 1 de Julho de 2014	9 495 636
Amortização do ano	693 714
Saldo em 30 de Junho de 2015	<u>10 189 350</u>
Em 1 de Julho de 2015	10 189 350
Amortização do ano	671 391
Saldo em 30 de Junho de 2016	<u>10 860 741</u>
Quantias escriturada	
Em 1 de Julho de 2014	9 736 030
Em 1 de Julho de 2015	<u>9 131 606</u>
Em 30 de Junho de 2016	<u>8 460 215</u>

Os activos intangíveis compreendem os direitos de concessão transferidos pela ENH para o desenvolvimento do projecto de gás (campos de Pande e Temane).

7. Existências

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Materiais de manutenção	1 230 985	1 058 825
	<u>1 230 985</u>	<u>1 058 825</u>

8. Clientes e outros devedores

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Interesse participativo sobre activos correntes do empreendimento de Operações Conjuntas	8 237 912	10 101 775
Clientes	7 887 620	9 111 481
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	350 292	990 294
Outros devedores	1 378 338	845 597
Trabalhadores devedores	130	15 393
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	514 881	802 032
Antecipações Activas	18 436	28 172
Adiantamento do imposto	295 143	-
Adiantamento do imposto – Ano corrente	549 748	-
	9 616 250	10 947 372

9. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Dinheiro em caixa	157	330
Depósitos bancários	135 411 830	140 608 375
Conta On-shore da CMH (i)	6 600 754	3 895 313
Conta de Receitas (ii)	67 113 472	17 115 543
Conta de Reserva para despesas de investimento (iii)	44 382 136	4 362 336
Conta Off-Shore de Operações (iv)	25 468	25 494
Conta de Reserva para o serviço da dívida (v)	17 290 000	2 339 349
Depósito a Taxa Fixa (vi)	-	112 870 340
Caixa e Equivalentes de Caixa conforme fecho de Fluxo de Caixa	135 411 987	140 608 705

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são determinados contratualmente por um Acordo de Contas. Este acordo foi assinado em 20 de Maio de 2010, entre a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), o Development Bank of Southern Africa (DBSA), a Agence Française de Development (AFD), o Standard Bank of South Africa Limited (a conta bancária off-shore) e o Barclays Bank Moçambique SA (a conta bancária on-shore). Foi acordado manter em nome da CMH, as seguintes contas:

- i. Conta Onshore da CMH (Conta Onshore em Meticais e Conta Onshore em Dólares) – a CMH deve transferir, das contas de receitas em quaisquer datas de pagamento, o montante dos custos administrativos previstos para pagamento em Moçambique durante um período de seis meses após a data de pagamento.
- ii. As Contas de Receitas – nesta conta serão depositadas as receitas de cada reembolso feito nos termos da Expansão de instalações, todas as receitas, incluindo qualquer montante a pagar à

CMH nos termos dos documentos do projecto, todas as receitas de qualquer capital social, todas as receitas de seguros e qualquer montante em excesso a crédito da conta do Serviço da Dívida e da Conta de Reserva para despesas de investimento.

- iii. A Conta de Reserva para despesas de investimento – esta conta é usada como reserva para o montante igual ao agregado do custo operacional do projecto e das despesas de manutenção durante o período de 12 meses seguinte e o custo administrativo da CMH para o período de 6 meses seguinte.

Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 70% do saldo de crédito na Conta de Reserva Capex, pode de vez em quando ser investido em Investimentos Permitidos mediante o consentimento prévio e por escrito dos Mutuários da CMH.

- iv. A Conta Offshore – esta conta serve para satisfazer os custos operacionais do projecto denominados em Dólares Norte Americanos, e os custos administrativos da CMH a pagar fora de Moçambique.

- v. A Conta de Reserva do Serviço de Dívida – esta conta é usada como reserva para todos os pagamentos calendarizados de capital e de juros que serão devidos e pagos nas quatro seguintes datas de pagamento, em conformidade com as facilidades da CMH e é paga trimestralmente.

Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 70% dos fundos a crédito na Conta de Reserva do Serviço da Dívida, pode de vez em quando ser investido em Investimentos Permitidos mediante o consentimento prévio e por escrito dos Mutuários da CMH.

- vi. Depósitos a taxa fixa (Investimentos Permitidos) - conforme mencionado acima nos pontos (iii) e (v), os Mutuários (AFD e DBSA) concederam a autorização à CMH para investir 70% dos saldos de crédito das Contas *Off-shore* (Conta de Reserva do Serviço da Dívida, Conta de Reserva para despesas de investimento e a Conta de Receitas) para depósitos a taxa fixa, para o período compreendente 16 de Junho de 2015 a 29 de Setembro de 2015, a uma taxa de juro média de 0,54%.

10. Capital Social

		Junho de 2016 USD		Junho de 2015 USD
	%		%	
4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B)	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias detidas por 1 274 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)	10	2 528 665	10	2 528 665
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	25 286 649	100	25 286 649

A empresa não tem acções preferenciais. As classes de acções descritas não restringe pagamento de dividendos. Todas as classes de acções tem igual direito de voto.

- Acções de Classe “A” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “B” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “C” – são livremente transaccionáveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

A classe de acções.

11. Capital suplementar e reservas

11.1 Capital suplimentar

Nos termos dos acordos financeiros existentes assinados com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o Development Bank of Southern Africa (DBSA), a ENH comprometeu-se a efectuar a contribuição de capital requerida para cumprir o rácio dívida/capital e, em conformidade, os accionistas comprometeram-se a contribuir com USD 4 000 000 (Quatro milhões de Dólares Norte Americanos) de modo a cumprir esse requisito de rácio e, como resultado, a Escritura de Consentimento para o pagamento de USD 4 000 000 de Adiantamento do Empréstimo adicional foi assinada e o montante foi pago em Junho de 2008. Por conseguinte, em conformidade com o artigo seis dos Estatutos da CMH e com o artigo trezentos e três e o artigo seguinte do Código Comercial, a Assembleia Geral aprovou que o valor adicional de USD 4 000 000 fosse tratado como capital

suplementar.

11.2 Reservas legais

Nos termos da legislação moçambicana, a empresa é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para compensar prejuízos e emissão de acções. A empresa cumpriu com os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta reserva legal atingiu 20% do capital social.

11.3 Reservas de investimento

Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo accionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008.

12. Empréstimos

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Não-corrente	22 813 275	36 052 881
Development Bank of South Africa - Tranche A (i)	-	2 777 777
Development Bank of South Africa- Tranche B (i)	11 309 298	15 833 017
Agence Française de Development Empréstimo A (ii)	-	1 336 778
Agence Française de Development Empréstimo B (ii)	11 503 977	16 105 309
Corrente	13 239 866	14 576 903
Development Bank of South Africa - Tranche A (i)	2 777 778	2 777 778
Development Bank of South Africa - Tranche B (i)	4 523 719	4 523 719
Agence Française de Development - Empréstimo A (ii)	1 336 778	2 673 556
Agence Française de Development - Empréstimo B (ii)	4 601 591	4 601 850
Total	36 053 141	50 629 784

i) A CMH e o Development Bank of Southern Africa (DBSA) celebraram um acordo de crédito, em 20 de Maio de 2010, com vista a:

(a) Converter o crédito subordinado do DBSA num crédito sénior (Tranche A), a um custo de conversão de USD 631 563 e com uma nova taxa de juro Libor de 6 meses acrescida de uma margem de 4,75%. Em relação ao Acordo de Empréstimo existente entre a CMH e o DBSA, em 11 de Abril de 2011, uma adenda ao acordo foi executada com a finalidade principal de fixar em 6.48% por ano. O empréstimo vencerá em 31 de Março de 2017.

(b) Garantir um crédito sénior posterior, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos até o limite de USD 50 000 000, em 31 de Dezembro de 2012 como data de término de desembolsos e com a maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Os montantes desembolsados estão sujeitos a uma taxa de compromisso de 0,5% por ano, cobradas a partir de 14 de Junho de 2010. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa Libor (6 meses) acrescida de uma margem de 4,75% (Tranche B). Um total de USD 31 678 705 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 30 de Setembro de 2010 e 31 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 18 321 295 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Em Agosto, foi assinado uma adenda com novo plano de amortização. O reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de 2013 (o reembolso inicia 36 meses depois da data do primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual.

Ambos os empréstimos estão agora garantidos pelos acordos de garantia seguintes: escritura de hipoteca da CPF para as acções da CMH na CPF (25%), penhora de bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de fundos.

- ii) (a) A CMH celebrou uma Facilidade de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em 9 de Dezembro de 2004, nos termos da qual a CMH tem o direito a contrair o empréstimo de fundos até ao equivalente a USD 24 062 000 com maturidade em 30 de Setembro de 2016. Um total de USD 22 725 000 foi retirado da facilidade. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa de 8,45% e são reembolsáveis a partir de 31 de Março de 2008 e com maturidade em 30 de Setembro de 2016, numa bi-anual. A garantia sobre o crédito foi alterada para reflectir os novos acordos de créditos e está agora garantida pelos acordos de garantia seguintes: escritura de hipoteca da CP para a quota da CMH na CP (25%), penhora sobre os bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de fundos.

(b) A CMH celebrou um Acordo de facilidade de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em 20 de Maio de 2010, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos de fundos até ao equivalente a USD 50 000 000, com a maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Um total de USD 32 224 026 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 8 de Outubro de 2010 e 10 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 17 775 974 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa média de 6.05% por ano e o reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de

2013 (36 meses após o primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual. A garantia do empréstimo foi alterada para reflectir os novos contratos de empréstimos e agora é garantida para os seguintes acordos de garantia: a escritura de hipoteca da CP, para a quota da CMH na CP (25%), a penhora sobre os bens móveis, a cessão dos direitos de seguro, a cessão de direitos, a cessão de posição contratual, a penhora de contas bancárias e a cessão de garantia de fundos.

13. Provisão de Fecho e Custo de Reabilitação Ambiental

Esta provisão diz respeito aos custos de encerramento e de reabilitação. De acordo com concessão outorgada, os operadores são obrigados a reabilitar a área no final da vida do projecto. A estimativa actual do custo de restauração do local e de reabilitação foi aumentado com o fator de inflação anual para o tempo remanescente, como para a recuperação local, e tal valor futuro foi descontado (utilizando uma taxa de desconto de 2%) para chegar ao valor presente dos custos de reabilitação da área do projecto.

Longo Prazo	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Saldo de abertura	75 840 417	56 692 020
Juro de referência	2 324 865	1 942 319
Capitalizado em activos fixos tangíveis (devido a alterações nas taxas de desconto e alterações no passivo ambiental)	9 966 400	17 206 078
Saldo de fecho	88 131 682	75 840 417
Curto Prazo	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Saldo de abertura	1 470 199	-
Juro de referência	11 815	9 035
Capitalizado em activos fixos tangíveis (devido a alterações nas taxas de desconto e alterações no passivo ambiental)	17 037	1 461 164
Saldo de fecho	1 499 051	1 470 199
Total	89 630 733	77 310 616

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Fluxo de caixa esperado		
Dentro de um ano	1 499 051	1 470 199
1 - 5 anos	21 618 431	20 844 873
Mais que cinco anos	66 513 251	54 995 544
Total	89 630 733	77 310 616

O aumento do passivo bruto durante o ano é um resultado dos custos adicionais identificados para encerrar e abandonar os poços Temane 1 e Temane 2 e os requisitos de equipamentos adicionais para a expansão superaquecimento elétrica. Outros factores incluem a mudança na data de abandono 2034-2046 como o consórcio irá reter a propriedade do CP, mesmo após o termo do PPA e o CP serão utilizados para processar o gás da área de PSA. Além disso, PPA também é prorrogável por dois mandatos de cinco anos após 2034.

14. Fornecedores e outros credores

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Corrente		
Passivos correntes da UJO	3 240 543	4 698 927
Fornecedores	729 697	1 167 546
Antecipações	2 510 846	3 531 381
Outros credores	355 605	-
Outros fornecedores	27 753	-
Imposto retido na fonte, IRPS e INSS	144 394	-
	183 458	-
	3 596 148	4 698 927
Não-corrente		
Contas a pagar do Pessoal	46 379	57 171

15. Saldos entre empresas do Grupo

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)	(11 557)	(32 998)
	(11 557)	(32 998)

O montante a pagar à ENH é resultado dos serviços prestados pela ENH em conformidade com o Contrato de serviços técnicos.

16. Receitas

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Receitas		
Gás Natural	70 191 996	105 045 238
Condensado	618 822	4 690 560
	70 810 818	109 735 798

17. Custos operacionais

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Custos com o pessoal	5 093 375	4 752 570
Remuneração dos trabalhadores	3 945 110	3 558 169
Remuneração dos órgãos sociais	813 710	681 655
Segurança Social	57 588	60 969
Formação	278 967	451 777
Amortização e depreciação	18 626 502	12 254 836
Outros custos operacionais	9 879 426	11 567 029
	33 599 303	28 574 435

Nota

17.1 Outros custos operacionais

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Partilha de Custos Operacionais do JO	8 667 182	9 953 848
Salários e custos relacionados	2 053 273	2 244 946
Contribuições para o INSS	141 613	220 674
Outros custos operacionais	6 472 296	7 488 228
Outras despesas administrativas da CMH	1 212 244	1 613 181
Serviços de Auditoria e Consultoria	64 506	757 099
Programa de responsabilidade social	711 175	394 201
Outros fornecedores e serviços	436 563	461 881
	9 879 426	11 567 029

18. Custos Financeiros Líquidos

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Custos Financeiros	5 076 750	5 569 899
Juros sobre empréstimos	2 730 356	3 610 256
Juros fictícios sobre provisões ambientais	2 336 680	1 951 354
Despesas de empréstimos	9 714	8 290
Receitas Financeiras	(3 248 220)	(1 436 274)
Juros recebidos	(461 244)	(572 799)
(Ganho)/prejuízo cambial	(2 786 976)	(863 475)
	1 828 530	4 133 625

19. Imposto Sobre o Rendimento

	Junho de 2016 USD		Junho de 2015 USD	
19.1 Valores reconhecidos nos lucros e prejuízos				
Imposto corrente				
Ano em curso	6 035 285		17 813 614	
Imposto diferido				
Origem e reversão de diferenças temporárias	5 107 607		6 350 751	
	<u>11 142 892</u>		<u>24 164 365</u>	
19.2 Reconciliação da taxa efectiva				
Lucros antes do imposto	35 384 770		77 083 951	
Imposto usado de acordo com a taxa da empresa	32%	11 323 126	32%	24 664 864
Despesas não dedutíveis	-1%	(180 234)	-1%	(502 499)
	31%	<u>11 142 892</u>	31%	<u>24 164 365</u>
19.3 Movimento dos saldos de impostos diferidos				
2016	Saldo líquido 30 Junho 2016	Reconhecido em lucros e perdas	Saldo líquido 30 de Junho 2015	
Propriedade, instalações e equipamento	58 848 214	4 231 974	54 616 240	
Activos intangíveis	2 700 126	(207 702)	2 907 828	
Ganhos (Perdas) cambial não realizada	1 101 515	1 083 335	18 180	
	<u>62 649 855</u>	<u>5 107 607</u>	<u>57 542 248</u>	
2015				
Propriedade, instalações e equipamento	54 616 240	6 432 546	48 133 694	
Activos intangíveis	2 907 828	(207 702)	3 115 530	
Ganhos (Perdas) cambial não realizada	18 180	75 907	(57 727)	
	<u>57 542 248</u>	<u>6 350 751</u>	<u>51 191 497</u>	
19.4 Imposto sobre o rendimento a pagar				
Saldo inicial	8 009 354		7 901 883	
Pagamento durante o ano	(14 594 387)		(17 706 143)	
Imposto corrente	6 035 285		17 813 614	
	<u>(549 748)</u>		<u>8 009 354</u>	

19. Imposto sobre o rendimento (continuação)

As autoridades fiscais em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações de impostos avaliados por elas. Estas permanecem abertas e podem ser sujeitas a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião que nenhuns ajustamentos significativos ou penalizações resultarão face aos anos em aberto se estes forem sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

20. Ganhos por Acção

Os ganhos básicos por acção foram calculados com base no lucro após impostos de USD 24 241 878 (Junho de 2015: USD 52 919 586) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (Junho de 2015: 5 934 115).

Os resultados por acção diluídos são iguais aos resultados básicos por acção tendo em conta que a empresa não tinha instrumentos financeiros diluídos à data de relato. A reconciliação da quantidade de acções não é necessário uma vez que não houve mudança nos números de base.

21. Dividendos pagos e declarados

De acordo com os Estatutos da CMH, a Política de Dividendos aprovada, os compromissos existentes com os Financiadores e o fim do período de disponibilidade dos empréstimos de expansão, a CMH pagou dividendos aos seus acionistas em Setembro de 2015 e Abril de 2016, referentes a AF14, no montante total de USD 21 430 000 (2015: USD 30 000 000). O pagamento foi baseado no desempenho financeiro da CMH.

22. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

Gestão de risco financeiro

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Entidade. Os riscos da Entidade estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Entidade, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Entidade.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer e controlar os riscos de gestão da empresa.

22. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (Continuação)

As políticas de gestão de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são revistos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Entidade. A Entidade, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Entidade supervisiona como a direcção monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Entidade.

22.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações nos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a entidade está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A entidade desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

22.1.1 Risco Cambial

A Entidade incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Entidade realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical.

Exposição ao risco cambial

A exposição da Entidade ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

	Junho de 2016 MT	Junho de 2015 MT
Fornecedores	(3 240 543)	(11 432 883)
	<u>(3 240 543)</u>	<u>(11 432 883)</u>

22. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (Continuação)

As taxas de câmbio significativas foram aplicadas durante o ano:

Data de Relato	Taxa média		Taxa à vista	
	30 de Junho 2016	30 de Junho 2015	30 de Junho 2016	30 de Junho 2015
MT por USD	48.31	32.76	63.53	39.13

Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte americano nas exposições da moeda estrangeira da Entidade, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 510 (2015: USD 2 883). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

22.1.2 Risco da taxa de juro

A Entidade está exposta às alterações da taxa de juro sobre os seus empréstimos. A Administração adopta a política de assegurar que os seus empréstimos apresentem taxas de mercado de referência para avaliar o risco da taxa de juro.

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Instrumentos de taxa fixa		
Depósitos a prazo	-	112 870 340
Passivos Financeiros	(15 833 017)	(20 356 736)
	<u>(15 833 017)</u>	<u>92 513 604</u>
Instrumentos de taxa variável		
Passivos Financeiros	(20 220 124)	(30 273 048)

Análise de Sensibilidade

Uma diminuição ou um aumento de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da entidade teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 1 496 (2015: 1 583). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

22. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (Continuação)

22.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

A Administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de crédito. A exposição ao crédito é limitada quando as contas a receber da Entidade são devidas somente pelo parceiro da entidade comum. As outras contas a receber dizem respeito às partes relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro no balanço. A Administração trabalha com instituições financeiras com boa reputação para gerir o risco de crédito relacionado com os saldos bancários.

Exposição ao Risco de Crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Clientes e outros devedores	7 887 620	9 111 481
Caixa e equivalentes de caixa	135 411 987	140 608 705
Exposição líquida	143 299 607	149 720 186

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited.

A idade de saldo dos clientes à data de relato era:

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
Não vencido	7 887 620	9 111 481

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar provisão para imparidade de clientes. A Sasol Gas Limited representa 81% (2015: 88%) das receitas da Companhia e 23% (2014: 58%) dos clientes devedores em Junho 2016. A Sasol Gas limited tem mais de 10 anos de vendas com o consórcio.

22. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (Continuação)

22.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

A abordagem da Empresa no que respeita à gestão de risco de liquidez é de assegurar, tanto quanto possível, que tenha sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando devidas, quer em condições normais ou de tensão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou criar danos à reputação da Empresa. O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo.

Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço de obrigações financeiras.

As maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo as datas de pagamento estimadas são as seguintes:

	Quantia escriturada	Fluxo de Caixa Contratual	6 meses ou menos	06-12 Meses	1-2 anos	2-5 Anos	Mais de 5 anos
	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD
30 de Junho de 2016							
Passivos financeiros não derivados							
Empréstimos bancários com garantias	36 053 141	(39 489 748)	(7 288 322)	(5 951 544)	(10 738 202)	(15 511 681)	-
Cientes e outros devedores	3 575 078	(3 575 078)	(3 575 078)	-	-	-	-
	<u>39 628 219</u>	<u>(43 064 826)</u>	<u>(10 863 400)</u>	<u>(5 951 544)</u>	<u>(10 738 202)</u>	<u>(15 511 681)</u>	<u>-</u>
30 de Junho de 2015							
Créditos bancários financeiros não- derivados	50 629 784	(56 715 318)	(8 721 485)	(8 504 084)	(23 978 068)	(15 511 681)	-
Empréstimos bancários com garantias							
Cientes e outros devedores	4 789 096	(4 789 096)	(4 789 096)	-	-	-	-
	<u>55 418 880</u>	<u>(61 504 414)</u>	<u>(13 510 581)</u>	<u>(8 504 084)</u>	<u>(23 978 068)</u>	<u>(15 511 681)</u>	<u>-</u>

22. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (Continuação)

22.4 Classificações Contabilísticas e justo valor

A tabela a seguir mostra os valores escriturados e o justo valor dos passivos financeiros, incluindo a sua hierarquia de justo valor. Não inclui informações sobre o justo valor dos passivos financeiros não mensurados ao justo valor, se o valor escriturado for uma aproximação razoável do justo valor.

30 de Junho 2016

Passivos financeiros não mensurados ao justo valor

	Nota	Quantia escriturada		Justo Valor			Total
		Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Empréstimos Bancários	12	36 053 141	36 053 141	-	36 053 141	-	36 053 141
		<u>36 053 141</u>	<u>36 053 141</u>	<u>-</u>	<u>36 053 141</u>	<u>-</u>	<u>36 053 141</u>

22.5 Mensuração do justo valor

Tipo	Avaliação Técnica	Contribuições significativas não observáveis
Empréstimos bancários (Outros passivos financeiros)	Fluxos de Caixa descontados	Não aplicável

23. Transacções com partes relacionadas

A entidade é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da CMH, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem aos accionistas privados. Foram efectuadas as transacções seguintes:

	Junho de 2016 USD	Junho de 2015 USD
i) Saldos no fim do ano resultantes de empréstimos e adiantamentos durante o ano		
Devedores entre empresas do grupo (Nota 15)		
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	(11 556)	(32 998)
ii) Montante a receber da Entidade Conjunta (JO)		
Conta corrente com a Entidade Conjunta (Nota 8)		
Outros activos em Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade (Nota 8)	15 652 795	10 101 775
iii) Saldos no final do ano emergentes durante o ano de compra de serviços, aluguer do escritório e pagamentos efectuados (custos operacionais e activos fixos)		
Montante a pagar a Entidade Conjunta		
Passivos Correntes – Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade (Nota 14)	(3 535 078)	(4 698 927)
iv) Vendas em Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade		
Gás e condensado (Nota 16)		
Sasol Petroleum Temane	70 812 604	109 735 792
v) Remuneração dos principais gestores		
Salários e outros benefícios dos empregados a curto prazo (Nota 17)	669 608	681 655

Todos saldos das partes relacionadas não apresentam garantias. Não foi registada nenhuma provisão de imparidade contra as contas a receber tendo em conta que estes são considerados recuperáveis.

24. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital relativos a investimentos a realizar contratado e ainda não incorridos à data de relato, são os seguintes:

Junho 2016	Compromissos autorizados de capital bruto	Autorizados & contratados	Dentro de um ano, Autorizados & não contratados
	USD	USD	USD
Operações Conjuntas não-incorporadas (UJO)			
Projectos	81 105 025	57 570 811	23 534 214
LPG	12 500 000	-	12 500 000
Compressor de baixa-pressão	37 942 857	35 031 574	2 911 283
Projecto de residências para os trabalhadores do CPF	11 375 000	9 934 517	1 440 483
Projecto de expansão eléctrica e aquecedores	9 857 143	7 422 607	2 434 536
Outros	9 430 025	5 182 113	4 247 912
Custos administrativos da CMH			
Por aquisição de activos fixos tangíveis	931 600	-	931 600
			-
Junho 2015	Compromissos autorizados de capital bruto	Autorizados & contratados	Dentro de um ano, Autorizados & não contratados
	USD	USD	USD
Operações Conjuntas não-incorporadas (UJO)			
Projectos	33 988 202	10 457 369	23 530 833
LPG	13 039 424	-	13 039 424
Projecto de 183 MGJ e trabalhos nos furos	-	-	-
Compressor de baixa-pressão	5 817 081	2 905 798	2 911 283
Projecto de residências para os trabalhadores do CPF	5 800 356	4 359 874	1 440 482
Outros	9 331 341	3 191 697	6 139 644
Custos administrativos da CMH			
Por aquisição de activos fixos tangíveis	1 215 000	1 215 000	-

Tempo estimado das despesas	Junho de 2016	Junho de 2015
	USD	USD
Dentro de um ano	11 010 625	22 163 779
2 - 5 anos	71 026 000	13 039 423
	<u>82 036 625</u>	<u>35 203 202</u>

O saldo acima mencionado corresponde a 25% da despesa de capital de Empreendimento Conjuntos não constituídas em sociedade.

25. Eventos Subsequentes

Após 30 de Junho de 2016 até a data, não ocorreram eventos significativos que necessitem de divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras.